

ISSN 0104-5261



Revista Quadrimestral de Saneamento Ambiental Nº 18 Ano 7 Outubro 2000

# **III Congresso da Cidade de Porto Alegre aponta novos investimentos para o saneamento**



# I Fórum Interamericano de Jornalismo Ambiental



## 5 de dezembro de 2000

Centro de Eventos da PUC/RS

das 8 às 19h

### INFORMAÇÕES

<http://www.abes-rs.org.br>

<http://www.abes-dn.org.br>

### INSCRIÇÕES

Até o dia

25 de novembro de 2000

### PROMOÇÃO



ASOCIACION  
INTERAMERICANA  
DE INGENIERIA  
SANITARIA Y  
AMBIENTAL



ABES ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE  
ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL  
Capítulo Nacional do AIDIS

APOIO



GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL  
Estado da Participação Popular

## ***A importância da participação da sociedade na melhoria da qualidade de vida de uma cidade***

*Porto Alegre tem sido uma metrópole de referência mundial pela participação do cidadão nas decisões que vão garantir o futuro da cidade. Essas decisões são tomadas em conjunto e vem sendo discutidas coletivamente com a sociedade porto-alegrense.*

*O Orçamento Participativo e os Congressos da Cidade vêm estimulando a participação popular nas decisões em setores que interessam à sociedade de forma global, como o abastecimento de água, a destinação e o tratamento do esgoto, habitação, enfim, todos os instrumentos necessários para que a cidade tenha uma infra-estrutura compatível com suas necessidades.*

*No artigo desta edição, o assessor do Prefeitura de Porto Alegre Adair Barcelos fala sobre a realização do III Congresso da Cidade. Na entrevista, o conselheiro do Orçamento Participativo Iduino de Mattos, que atua no setor há 11 anos. Iduino faz uma retrospectiva do Orçamento Participativo, mostrando a maneira com esse projeto vem sendo implementado em Porto Alegre.*

*Na matéria sobre ambiente, "Urbanização Ameaça Saúde do Planeta", encontramos um relato de como o planeta Terra vem sendo tratado por seus habitantes e o que devemos fazer para melhorar nossa qualidade de vida, num trabalho que deve envolver a participação de todos os cidadãos.*

*No artigo de opinião, o prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, faz uma comparação entre saneamento e qualidade de vida, destacando a importância do Orçamento Participativo na melhoria da cidade e da qualidade de seus habitantes.*

## 5 ARTIGO

O III CONGRESSO DA CIDADE DE PORTO ALEGRE

## 7 ENTREVISTA

IDUÍNO DE MATTOS: "Orçamento Participativo foi o princípio das conquistas populares."

## 11 AMBIENTE

URBANIZAÇÃO AMEAÇA SAÚDE DO PLANETA

## 14 LIXO A CÉU ABERTO, É PRECISO TRANSFORMAR ESSA REALIDADE

## 18 PRESERVAÇÃO

PESQUISA CONCLUÍ: PARQUES DE PORTO ALEGRE ABRIGAM 2% DAS ESPÉCIES DE AVES QUE VIVEM NO ESTADO

## 20 REPORTAGEM

UMA DEMOCRACIA DE VERDADE

## 25 COMITÊ

TRAJETÓRIA E PERSPECTIVAS DOS COMITÊS DE BACIAS DO RIO GRANDE DO SUL

## 30 TECNOLOGIA

CÂMERA DE VÍDEO AJUDA A VISTORIAR AS REDES DE ESGOTO DE PORTO ALEGRE

## 32 CONGRESSO

O BRASIL SERÁ SEDE DO MAIOR CONGRESSO DAS AMÉRICAS EM DEFESA DO SANEAMENTO AMBIENTAL

## 34 ESTUDOS TÉCNICOS

PLANO DIRETOR DE ESGOTOS DE PORTO ALEGRE PRIORIZA A SAÚDE PÚBLICA

## 36 NOTAS

RIO GRANDE DO SUL TEM CÓDIGO DO MEIO AMBIENTE

Informações sobre eventos na área de saneamento e ambiente

## 37 OPINIÃO

SANEAMENTO E QUALIDADE DE VIDA

## EXPEDIENTE



**Prefeito Municipal de Porto Alegre**  
Raul Pont

**Vice-prefeito Municipal**  
José Fortunati

**Diretor-geral do DMAE**  
Arnaldo Luiz Dutra

**Coordenação de Comunicação da PMPA**  
Emílio Chagas

**Conselho Editorial**

Arnaldo Luiz Dutra, Augusto Damiani, Francisco Milanez, Marlova Finger e Rosalino Mello.

**Convidados especiais:** Cláudio Roberto Langone, Dieter Wartchow e Renato Ferreira.

**Coordenação da Unidade Técnica do DMAE**  
Andrea Cristina Martins Freitas

**Editor**  
Maria de Lourdes da Cunha Wolff - MTb 6535/RS

**Editoração Eletrônica**  
Miriam Camaratta

**Copidesque**  
Ademar Vargas de Freitas - MTb 3225/RS

**Ilustrações**  
Stampa Computação Gráfica

**Capa**  
Foto de Carlos Edler e Cristine Rochol  
Produção de Alex Medeiros

**Colaboradores**  
Luciane Fortino e Renata Giacobone

**Tiragem**  
4.000 exemplares

**Impressão**  
Oficinas Litográficas do DMAE

Envie sua colaboração para a redação - Unidade Técnica do DMAE - Rua Fernando Gomes, 183 - CEP 90510-010 - Porto Alegre - RS  
Telefone (051) 218-9724 - Fax (051) 222-9603  
E-mail: ecos@dmae.prefpoa.com.br  
<http://www.portoalegre.rs.gov.br/Ecos/>

A Revista ECOS, publicação quadrimestral do DMAE, Departamento Municipal de Água e Esgotos, com distribuição gratuita e circulação nacional, está registrada sob o nº 775.831 no Cartório de Registro Especial, Comarca de Porto Alegre - RS - ISSN 0104-5261.

Os artigos e textos publicados são de responsabilidade de seus autores. A reprodução destes, bem como das fotos e ilustrações, é permitida desde que sejam citadas a autoria e a fonte.

A redação solicita que seja comunicada a transcrição, referência ou apreciação dos artigos e reportagens publicados na revista.

# O III Congresso da Cidade de Porto Alegre

ADAIR BARCELOS

**“A qualidade de vida em Porto Alegre tem crescido como resultado de inúmeras ações dirigidas para inverter prioridades sociais e que são articuladas por forte participação popular.”**

O maior desafio para as cidades no alvorecer do século XXI é garantir maior qualidade de vida a seus habitantes. Isto, hoje, não é um objetivo colocado exclusivamente para a agenda dos mandatários políticos, mas está incorporado à consciência política de boa parte dos cidadãos. Assistimos ao crescimento de uma cidadania ativa que quer cidades melhores. Assegurar, portanto, que a vida seja mais digna, mais segura, mais plena, está indiscutivelmente presente em todas as demandas sociais ligadas ao tema da convivência urbana.

O protagonismo assumido pelas cidades - e a nitidez desta consciência, presente junto a seus habitantes - significa que as grandes aglomerações urbanas tornaram-se o foco da revelação e concentração dos grandes problemas que a humanidade hoje vive. A degradação do meio ambiente é feita especialmente nas cidades; é aí que a miséria apresenta-se em toda a sua brutalidade, é aí que os grandes pro-

blemas (desemprego, fome, insegurança) se escancaram. Enfim, é nas cidades que a dualização social de todo o tipo (social, étnica, religiosa) mostra sua face mais negra.

Mas as cidades são, por outro lado, o locus central da maturação de alternativas a este quadro de desqualificação da vida. É nelas que fermentam novas propostas para a criação de um ambiente de

**A presença nas reuniões do Orçamento Participativo cresceu de 976 pessoas em 1990 para 20 mil pessoas em 2000, e multiplicaram-se os fóruns regionais, as conferências setoriais, as reuniões de delegados e os conselhos temáticos.**

sociabilidade, de uma cidadania qualificada, de uma radicalidade democrática, da formulação de novos direitos.

Este papel tem sido exercido por Porto Alegre. A cidade, seu governo e seu povo têm efetivamente realizado um decisivo esforço nesse sentido, e por isso mesmo ela ostenta o título de capital com melhor qualidade de vida no País. Uma série de dados indicam que esta qualidade de vida na cidade tem crescido como resultado de inúmeras

ações dirigidas para inverter prioridades sociais e que são articuladas por forte participação popular.

Exemplo disso é que, na Educação, temos hoje na cidade 97% de alfabetizados, 88% de índice de aprovação na rede municipal, e a evasão escolar não chega a 1%. Na saúde, a mortalidade infantil caiu para 12,19, enquanto a esperança de vida atinge 70,3 anos. No complexo problema da habitação, somente no último mandato, 8.400 famílias estão sendo beneficiadas pela regularização fundiária, enquanto que 6.269 famílias foram reassentadas em novos loteamentos entre 1989 e 2000. E assim poderíamos acrescentar dados sobre saneamento, pavimentação, transportes etc.

Isto só foi possível porque a participação popular em Porto Alegre se fortalece a cada ano que passa. A partir dos governos da Administração Popular, a presença nas reuniões do Orçamento Participativo (OP) cresceu de 976 pessoas em 1990 para algo em torno de 20 mil pessoas

em 2000. Multiplicaram-se os fóruns regionais, as conferências setoriais, as reuniões de delegados, os conselhos temáticos.

Foi neste cenário de crescente participação que realizamos o III Congresso da Cidade. Lançado em novembro de 1999 e encerrado com plenária final em maio de 2000, com 1.780 participantes, ele representou mais um significativo passo para projetar o futuro da cidade. Este evento reuniu em todas as suas atividades mais de 7.000 par-

ticipantes, e aproximadamente 80 entidades.

O III Congresso foi um momento de debates sobre estratégias gerais e de longo prazo para Porto Alegre, numa ação de complementaridade ao trabalho do OP que, centralmente, articula as demandas locais de bairros e regiões da cidade.

Dentre as questões centrais que o III Congresso destacou para a cidade, podemos citar:

- a reafirmação do combate à pobreza, com a realização do Mapa da Exclusão Social, que tem por objetivo organizar um conjunto de informações sobre as condições de vida das populações pobres na cidade e o alcance atual das políticas públicas voltadas ao seu enfrentamento;
- a qualificação da cidadania a partir do trabalho como principal instrumento de inclusão social, o que significa dinamizar a economia da cidade com base na geração de emprego e renda;
- a ampliação do controle social sobre a economia, no sentido de proteger trabalhadores, micro e pequenos empresários da globalização neoliberal a partir da regulação pública sobre as atividades econômicas;



→ a continuidade das políticas na área habitacional como uma ação prioritária para dar melhores condições de vida às populações residentes em regiões de ocupação;

→ a permanente vigilância em relação à degradação do ambiente natural, reafirmando as conquistas que a cidade já consolidou no tema;

→ a manutenção do processo de modernização urbana de Porto Alegre, no que se refere ao sistema viário, aos transportes, à organização espacial;

→ a necessidade de constituir cada vez mais novos espaços públicos de cultura, lazer, esporte, turismo nas várias regiões de cidade e para diferentes grupos sociais;

→ a importância dada ao turismo

como nova potencialidade, para o que a cidade tem muito a oferecer a quem a visita;

→ a afirmação das políticas voltadas a dar acessibilidade em espaços públicos, serviços e atividades, especialmente às pessoas portadoras de deficiência;

→ a constituição de um Fórum de Gestão Pública Democrática, integrado por governo e sociedade civil, para aprofundar as questões refe-

rentes a um novo modelo de gestão, à qualificação do serviço público, à ampliação da democracia direta e do controle social sobre o Estado.

Estas diretrizes, dentre as inúmeras aprovadas, indicam que Porto Alegre, através do III Congresso, caminhou para projetar seu futuro e deseja que a qualidade de vida já conquistada se aprofunde e se amplie tendo na democracia participativa o caminho seguro para a expressão da pluralidade social que a cidade abriga.

Para acessar as resoluções do III Congresso da Cidade de Porto Alegre, ver a página da Prefeitura Municipal de Porto Alegre na Internet no endereço <http://portoalegre.rs.gov.br/link/Eventos>.

Adair Barcelos é assessor do prefeito de Porto Alegre e foi coordenador-executivo do III Congresso.

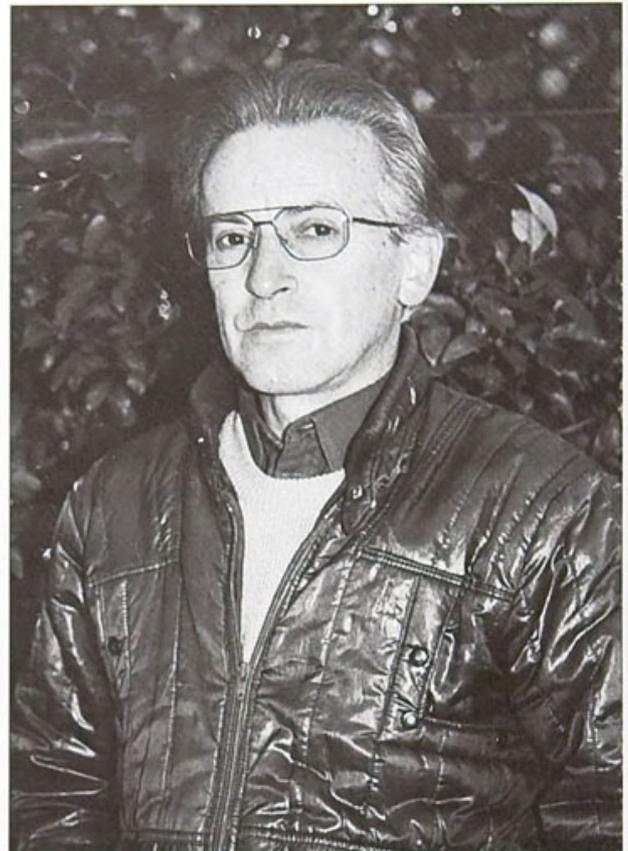
## Iduíno de Mattos

# “Orçamento Participativo foi o princípio das conquistas populares”

*Nos últimos 11 anos, Porto Alegre se tornou referência mundial como uma metrópole que garante espaços de manifestação popular, onde os cidadãos discutem coletivamente em que tipo de cidade querem viver. Sem serem institucionalizados, esses espaços foram tomados por pessoas de todas as classes sociais e profissionais, independente de sexo, idade, raça ou ideologia político-partidária.*

*O técnico em eletrônica e telecomunicações Iduíno de Mattos, 53 anos, casado, pai de dois filhos, olha para trás e lembra o início difícil em que, junto com outras lideranças comunitárias, apostou na proposta que era o carro-chefe da gestão do então prefeito Olívio Dutra: instituir o Orçamento Participativo.*

*Uma década depois, ele está cada vez mais convencido de que a vontade popular prevalece nesses fóruns abertos, onde se discute o interesse global da cidade. O*



**Iduíno de Mattos** está convencido de que a vontade popular prevalece nesses fóruns abertos, onde se discute o interesse global da cidade.

*novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) divide a cidade em oito regiões, elegendo conselheiros da comunidade. Mattos considera que foi uma conquista para Porto Alegre, porque esse conselho vai ser deliberativo naquilo que as regiões definirem como diretrizes a serem cumpridas.*

*No dia 27 de junho, ele foi empossado no Conselho do Plano Diretor da Região 7, que engloba o Grande Partenon e a Lomba do Pinheiro. A seguir, a entrevista que ele concedeu à Revista Ecos.*

**MARCIA CAMARANO**

**ECOS** - *Como tem sido a participação dos cidadãos nas principais discussões da cidade?*

**Mattos** - O princípio de tudo foi o Orçamento Participativo. Até então, não havia retorno, as obras na periferia não aconteciam, e a gente brigava muito com o governo municipal. Quando se conseguia alguma coisa, era através de favoritismo, clientelismo ou apadrinhamento de algum político. As regiões periféricas não tinham vez, só a parte rica era beneficiada. Mas, com a entrada da Administração Popular, veio a proposta de discutir com a população o que estava acontecendo: demandas com 30, 40 anos, que não eram atendidas, enquanto a periferia da cidade virava um lixão.

**ECOS** - *Foi uma coisa inovadora, então, criar instâncias de participação das comunidades?*

**Mattos** - Antes, isso não existia. Em governos anteriores, a discussão era engessada, manipulada, cheia de demagogia. A população não participava, porque via que aquilo era uma fraude. A Administração Popular chegou com a proposta de preencher a lacuna, que era o atendimento à periferia. A primeira coisa que o prefeito fez foi visitar as regiões, com seus secretários, o que nunca tinha acontecido antes. As comunidades puderam perguntar ao vivo, questionar. Aquilo teve um impacto positivo. Em mim também, que estava desiludido da política comunitária, porque não se conse-

guia nada. Então, comecei a participar, junto com o prefeito Olívio Dutra, vi que a proposta do Orçamento Participativo tinha fundamento, de resgatar o que estava perdido ao longo dos anos. O resultado disso é que hoje temos um processo consolidado. A população

**“Mensalmente se tem que retirar o saibro acumulado no Arroio Dilúvio, oriundo das escavações dos morros. A Prefeitura tem de alugar grandes máquinas a peso de ouro, senão a cidade vai pagar com os alagamentos.”**

adotou o OP, não abre mão dele, que não pertence a governo nenhum, pertence ao povo. E o povo o defende, porque é um canal de participação aberto, transparente. Cada um coloca suas demandas de acordo com suas necessidades.

**ECOS** - *Hoje, vocês estão em outro patamar. Da conquista de pavimentações, vocês partiram para ou-*

**“A democratização faz com que a discussão do Plano Diretor deixe de ser apenas técnica. Aliás, os técnicos vão ter de sair a campo, conversar com a população, discutir o que se chama de sabedoria popular.”**

*tras coisas, como o próprio Plano Diretor. Como está sendo esse processo de subir degraus?*

**Mattos** - Bom, quando o OP estava no auge, surgiu a proposta de discutir a cidade como um todo. Então, aconteceu o I Congresso da Cidade, onde se discutiu coisas fundamentais, como a descentralização, a melhoria do transporte coletivo e outras coisas.

**ECOS** - *Antes era muito segmentado, cada região discutia suas questões?*

**Mattos** - É, com essa discussão do I Congresso, se teve uma idéia da cidade como um todo. Daí partimos para o II Congresso da Cidade, que teve como diretriz elaborar o novo

Plano Diretor, porque a cidade já estava extrapolando o Plano Diretor de 1979, que não servia mais para a nossa realidade. Então a cidade toda optou por um novo Plano Dire-

tor, que foi discutido amplamente, incluindo a questão ambiental, porque até então o Plano não inseria as áreas de proteção permanente.

**ECOS** - *Qual a preocupação do cidadão comum de Porto Alegre em relação ao Plano Diretor?*

**Mattos** - Em discussão na Câmara de Vereadores, o fórum de entidades defendeu a ampliação de espa-

ços abertos, uma distância maior entre os prédios, para melhor ventilação, enfim, questões para minimizar a poluição urbana, evitar aquele amontoado de prédios, como se fossem gaiolas, garantir mais espaços de áreas verdes por metro

quadrado para a população. Porto Alegre tem vocação para isso. Sou militante ativo na questão ambiental e, quanto às áreas de risco, nos preocupamos que fossem delimitados os espaços onde se pode habitar e onde não se pode; onde termina a área urbana e onde começa a área de preservação ambiental permanente. Nós levamos essas preocupações para o III Congresso da Ci-

dade. Essas questões começaram a aparecer nas discussões, com o passar do tempo, surgindo a necessidade de se fazer uma discussão mais ampla.

**ECOS** - *Dê um exemplo disso.*

**Mattos** - Nosso transporte coletivo hoje é de Primeiro Mundo, é o melhor do Brasil, mas o que acontece? Como a nossa cidade não foi projetada, o transporte coletivo é concêntrico, vai todo para o centro da cidade, direcionado para o Mercado Público. Isso nós temos que mudar, porque não é possível - com um crescimento problemático da cidade - que o centro seja o desembocadouro de todo o transporte coletivo. Tem uma proposta do Conselho do Partenon para utilizar o transporte hidroviário, com barcos de boa qualidade, rápidos. A primeira proposta seria da Zona Sul ao Centro, para tirar os automóveis de circulação e para as pessoas chegarem

mais rápido e com menos estresse. Propostas como essa passaram no Congresso. A gente procurou discutir alternativas para que as coisas comecem a deslanchar a partir do novo Plano Diretor. Outra proposta do Conselho Popular do Partenon se refere a morros da área urbana, Morro Teresópolis, Morro da Companhia, Morro da Polícia e

Morro Santana, para delimitar essas áreas, que estão sendo ocupadas desordenadamente.

**ECOS** - *Como fazer para ganhar essas consciências?*

**Mattos** - Nós estamos trabalhando há muito tempo. Somos os fundadores do Programa de Área de Ris-

**ECOS** - *Mas vem muita gente de fora morar em Porto Alegre que não tem esse conhecimento...*

**Mattos** - Isso acontece porque pessoas pobres que moram nessas áreas têm parentes no interior e acabam trazendo esses parentes para morar junto. Formam comunidades de parentes morando mal. As

piores coisas são a escavação, para colocar uma casa, e o desmatamento. Porque aí a chuva vai levando a terra, o saibro, e vai assoreando os arroios. Exemplo prático é o Arroio Dilúvio. Mensalmente se tem que colocar grandes máquinas para tirar o saibro acumulado, oriundo das escavações dos morros. A Prefeitura tem de alugar grandes máquinas a peso de ouro, senão a cidade vai pagar com os alagamentos.



**“Há uma proposta para utilizar o transporte hidroviário, com barcos de boa qualidade e rápidos, da Zona Sul ao Centro, para tirar os automóveis de circulação e para as pessoas chegarem mais rápido e com menos estresse.”**

co no Morro da Polícia. Dentro dessa discussão, o programa se expandiu para toda a cidade, e aí a gente começou a debater o que é área de risco, prevenção de saúde, pessoas que moram em beiras de arroio, em encosta de áreas que podem desmoronar. Então, a população da cidade já tem uma noção do que é área de risco.

**ECOS** - *Tem surtido efeito esse trabalho, já que as pessoas precisam morar e não têm alternativa?*

**Mattos** - A dificuldade começa pela administração: falta pessoal qualificado para fazer o trabalho de fiscalização. Aliás, essa é uma das propostas que aprovamos no III Congresso da Cidade, a melhoria da fiscalização municipal em todas as secretarias implicadas nessa questão. E aprovamos a descentralização dessa fiscalização para os centros administrativos,

que ficam mais perto dos autos de infração, da observação de novas ocupações, dos desmatamentos. Foi uma das melhores propostas que apresentamos para solucionar o problema. Mas, em termos de habitação, a Prefeitura está sempre correndo atrás da máquina: o dinheiro que tem é pouco, e a quantidade de famílias que ocupam é muito grande. O Departamento Municipal de Habitação (Demhab) está hoje apagando incêndio, porque não tem dinheiro

para fazer loteamentos e regularizar áreas. As ocupações são mais rápidas que o Demhab pode suprir. Nossa esperança é que, com o novo Plano Diretor, com as zonas demarcadas, a gente consiga trabalhar, junto à Secretaria de Planejamento, com projetos para antecipar os problemas nessas áreas, com reassentamento de famílias, delimitação e contenção de ocupações, apresentando maior oferta de áreas para moradia. Sim, porque hoje nós temos grandes áreas para especulação imobiliária, a terra é muito cara, os lotes são muito caros. As pessoas não podem pagar aluguel nem comprar um terreno, o que vão fazer?

**ECOS** - *A que conclusões vocês chegaram nesse III Congresso?*



**“A população adotou o Orçamento Participativo, não abre mão dele, que não pertence a governo nenhum, pertence ao povo.”**

**Mattos** - Tem coisas muito importantes, como o reescalonamento de horário do serviço público para desafogar os transportes coletivos. Foi uma proposta boa, porque, ao invés dos servidores públicos largarem no mesmo horário, cada serviço terá sua hora de entrada e saída, sem congestionamentos. É uma forma de desintegrar o horário de pico.

**ECOS** - *E, politicamente, o que fica para as pessoas que participam desse processo?*

**Mattos** - Todos têm espaço, vez e voz. As conquistas são coletivas. É um novo tipo de consciência que se está construindo. Uma proposta aprovada e que vai no caderno de conclusões do Congresso é a desapropriação do complexo do Estaleiro Só - hoje abandonado - que

deverá ser transformado em um Centro Cultural, Turístico e Profissionalizante para toda a cidade. Outra coisa: a democratização da orla do Lago Guaíba, uma meta da administração que toda a população defende. Ou seja, a orla do Guaíba não deve ser quintal de alguma entidade ou de famílias. Deve ser entregue a toda a população, como de direito, o que já está acontecendo. No dia 3 de junho, entregamos a Ponta do Cego à reserva Biológica do Lami. A

ponta foi comprada pela Prefeitura com o aval de toda a cidade para ser agregada à reserva. Este ano deverá estar sendo entregue o balneário recuperado de Belém Novo, que era uma reivindicação antiga, com a retirada e reassentamento de famílias, o trabalho de coleta de esgoto, com estações de tratamento em Belém Novo e Ipanema. Temos também a nova proposta de coleta de esgoto da Ponta da Cadeia. Então, todo esse complexo de ações vai melhorar muito a qualidade de vida de todos os porto-alegrenses. Não tem um cidadão de Porto Alegre que seja contrário a isso. E, se cada vez queremos mais, aperfeiçoamos nossas formas de discutir e reivindicar.

*Marcia Camarano é jornalista.*

# Urbanização ameaça saúde do planeta

FLÁVIO ILHA

**Enquanto as cidades crescem desregradamente e degradam o ambiente à sua volta, ambientalistas intensificam mobilização para garantir a preservação das florestas.**

**N**os próximos cinco anos, a América Latina e o Caribe baterão na casa dos 630 milhões de habitantes. De cada dez pessoas, oito viverão em conglomerados urbanos, em metrópoles, em cidades com índices de qualidade de vida deteriorados. Nos últimos 20 anos, a migração do campo para as cidades na América Latina atingiu níveis preocupantes: passou de 65% em 1980 para os atuais 74%. Em consequência, vem crescendo o nível de degradação ambiental.

A urbanização pode ser considerada, em linhas gerais, como a principal fonte de problemas ambientais da América Latina, junto com os crescentes níveis de pobreza das cidades. Por isso, uma cidade que tenha altas taxas de crescimento deve imprimir políticas de proteção ambiental visando a adequar o desenvolvimento econômico à preservação de seus recursos naturais.

Atividades comerciais, industriais e de serviços, potencialmente poluidoras, devem ser alvo de programas ambientais, como estações

de tratamento de efluentes, caixas separadoras de água e óleo para postos de combustíveis e oficinas mecânicas e auto-monitoramento de empresas. Só assim se reverte o quadro de agravamento da crise ambiental.

No Brasil, o ano tem sido tenso para a preservação, também por causa do verdadeiro bombardeio de projetos de lei que ameaçam

**Dois grandes acontecimentos marcaram o ano ambiental brasileiro: um vazamento em oleoduto da Petrobras, na Baía de Guanabara, e a tentativa de alteração - para mais - do índices de desmatamento da Amazônia.**

desvirtuar a legislação brasileira de proteção aos mananciais, à flora e à fauna. Os ambientalistas, entretanto, comemoraram o Dia Mundial do Meio Ambiente, em 5 de junho, com renovada expectativa, já que nunca haviam sentido tão forte os efeitos da opinião pública a favor do movimento.

“Quem fez a diferença este ano e conseguiu derrubar projetos que cairiam como bombas sobre as nossas florestas foi o povo”, comemora o coordenador do Instituto Socioambiental de São Paulo, João Pau-

lo Capobianco. “A opinião pública está amadurecida e o engajamento foi muito maior”, completa. Um dos exemplos do interesse da população pelo tema ambiental foi o resultado de uma pesquisa feita pelo instituto de pesquisas Vox Populi, em maio deste ano: 88% dos entrevistados disseram que não votariam em nenhum deputado ou senador que defendesse o aumento do desmatamento nas florestas brasileiras.

Para Capobianco, dois grandes acontecimentos marcaram o ano ambiental brasileiro: em janeiro, um vazamento em oleoduto da Petrobras, na Baía de Guanabara, causou uma dos maiores desastres ecológicos da história recente do País. O segundo foi a tentativa de alteração - para mais - do índices de desmatamento da Amazônia.

Promover a segurança ambiental tem sido uma tarefa cada vez mais de responsabilidade das prefeituras. Em Porto Alegre, por exemplo, um programa de monitoramento da qualidade do ar, desenvolvido desde

1992, faz um trabalho preventivo para manter os níveis de poluição atmosférica dentro dos índices recomendados pelos organismos ambientais.

Além de a Capital operar com uma frota de transporte coletivo nova, cuja média de idade dos ônibus é de 4,5 anos, o uso do óleo diesel metropolitano, com teor de enxofre duas vezes menor que o do diesel comum, reduziu sensivelmente a emissão de gases poluidores, que hoje são inferiores aos padrões de emissão estabelecidos pelo

Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente). Quatro estações de monitoramento, localizadas em pontos estratégicos da cidade, cuidam para que a poluição do ar não ultrapasse os padrões aceitáveis para a saúde da população.

Uma vez por mês, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Smam) realiza a Operação Ar Puro, retirando das ruas os veículos de transporte coletivo que estejam com suas emissões de fumaça acima do padrão permitido. A última edição da Operação Ar Puro, realizada em abril, apontou média inferior a 9% de veículos que apresentaram problemas de poluição. Esses carros foram apreendidos para vistoria e regulagem de motor, antes de voltarem a trafegar.

O tratamento de esgotos também deve ser estratégico numa cidade de grande porte, como demonstra o trabalho desenvolvido pela administração municipal em Porto Alegre. O investimento na despoluição do Lago Guaíba já recuperou a praia do Lami, no extremo sul do município, e projeta para os próximos meses a limpeza das

praias de Guarujá e Espírito Santo. Em poucos anos, todo o esgoto doméstico de Porto Alegre deve receber tratamento primário.

É por meio da educação ambiental, então, que se pode conscientizar o jovem de hoje e o adulto de amanhã para a importância da preservação desses recursos, questão

nizada em 96 países. O maior contingente, cerca de 3 mil, é de jornalistas americanos, mas a entidade tem crescido nos países periféricos, justamente onde os problemas ambientais são os mais graves. Segundo Parra, muitas das questões levantadas hoje em relação à preservação foram viabilizadas pela existência da Federação. "Temos de nos dedicar a temas específicos", recomenda a vice-presidente da Fiej.

Um desses temas, no caso do Brasil, é a situação amazônica. Segundo estudos de entidades ambientais,

entre elas a WWF, as áreas protegidas de floresta somam apenas 3,5% da região. O mais grave é que a comissão mista da Câmara dos Deputados, encarregada de propor alterações ao Código Florestal, chegou a aprovar um projeto reduzindo para 20% o percentual de reserva obrigatório em propriedades produtivas da Amazônia. Mesmo que o índice atual, de 80%, esteja mantido por medida provisória, a ameaça de alteração é real e iminente.

A pressão da sociedade acabou retirando da pauta do plenário o projeto da comissão e provocou, igualmente, a formação de uma nova comissão mista, composta pelo dobro de integrantes da anterior, com a responsabilidade de elaborar uma nova proposta de alteração do Código Florestal. Esta proposta terá por base a proposta elaborada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) em conjunto com diversos setores da sociedade civil.

"Não podemos permitir agora

**Comissão da Câmara dos Deputados chegou a aprovar a redução do percentual de reserva, de 80% para 20%, obrigatório em propriedades produtivas da Amazônia. Mesmo que o índice atual seja mantido, a ameaça de alteração é real e iminente.**

fundamental para os gestores das grandes cidades nos próximos anos. E uma das fontes mais preciosas para isso são os meios de comunicação. A vice-presidente da Federação Internacional dos Jornalistas Ambientais (Fiej), Sônia Parra, diz que a salvação do planeta está na educação das crianças para uma vida mais voltada aos cuidados com a natureza. "Temos de começar pelas pequenas coisas, pelos pequenos grupos", ensina a ambientalista.

Parra participou, em Porto Alegre, de um encontro de jornalistas ligados às questões ambientais. Mais de cem profissionais estiveram na cidade. A Fiej surgiu em 1993 e reúne cerca de 6 mil profissionais de mídia em todo o mundo, estando orga-

#### O SETOR FLORESTAL NO BRASIL:



- movimenta recursos equivalentes a 4% do PIB
- representa 8% das exportações nacionais
- gera R\$ 3 bilhões em impostos
- mantém 1,6 milhão de empregos diretos
- tem receita anual de R\$ 20 bilhões
- contém 2,6 milhões de hectares de florestas nativas
- tem 6,4 milhões de hectares com plantações (4,8 milhões de hectares das plantações são com pinus e eucalipto)
- contém 15 milhões de hectares de florestas racionais

que o assunto caia no esquecimento. Ao contrário, precisamos acompanhar atentamente os trabalhos da nova câmara mista", diz o vice-presidente da WWF no Brasil, Paulo Nogueira-Neto. As manifestações públicas, segundo ele, deverão se intensificar. Mas o enfoque, agora, é a oposição ao desmatamento das florestas e a luta em favor de uma nova proposta de Código Florestal, que efetivamente proteja áreas nativas dos interesses privados de pecuaristas e ruralistas.

Os números do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) estimam em 16,9 mil quilômetros quadrados o total de florestas desmatadas no ano passado, uma área pouco maior do que aquela apresentada em 1998, de 17,3 mil quilômetros quadrados. Isso significa que só no ano passado foi destruída uma área de floresta amazônica maior do que três vezes a área do Distrito Federal. Isso vem acontecendo ano a ano.

Preservada até a década de 1970, a floresta amazônica já perdeu 15% de sua vegetação nativa. Embora detenha um terço do total das florestas tropicais do mundo e seja o terceiro país no ranking mundial de florestas, o Brasil é também o segundo país mais desmatado do mundo. A continuar nesse ritmo, segundo Nogueira-Neto, a Amazônia terá o mesmo destino das de-

mais florestas brasileiras: da Mata Atlântica sobram hoje apenas 7% da cobertura original e, do Cerrado, menos da metade.



Eventos direcionados à Educação Ambiental marcaram a Semana do Meio Ambiente de Porto Alegre.

As ações de ambientalistas impediram, até agora, o avanço na mudança do índice de desmata-

**O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) estima em 16,9 mil quilômetros quadrados o total de florestas desmatadas no ano passado, uma área três vezes maior a do Distrito Federal.**

mento, mas a ameaça não está descartada. Outras ações, entretanto, têm melhorado a situação da floresta, principalmente no que tange às alternativas de manejos sustentados. É o caso da Madeireira Mil,

pertencente ao grupo americano Precious Woods e única empresa com exploração madeireira certificada com o selo FSC na Amazônia. Durante a semana do Meio Ambiente, a empresa se comprometeu a adotar práticas ambientalmente ecológicas mais rígidas de manejo em seu pólo madeireiro na cidade de Itacoatiara (AM). A declaração é resultado de mais de um ano de discussões e visitas de especialistas de grupos ecológicos, entre eles o Greenpeace, a áreas de exploração da empresa.

Flávio Ilha é jornalista.

# Lixo a céu aberto, é preciso transformar essa realidade

DARLENE SILVEIRA

*“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”*

*Constituição Federal de 1988, artigo 227*

**S**e depender da parceria entre sociedade civil e entidades governamentais, os lixões do Rio Grande do Sul (existentes em cerca de 70% dos municípios) serão erradicados. E mais de mil crianças serão retiradas da catção desses lixões e levadas à escola, e será promovida uma sensibilização na sociedade com relação à questão do lixo. Pelo menos são estes os objetivos principais do Fórum Estadual Lixo e Cidadania - Campanha Criança no Lixo Nunca Mais, lançado no mês de maio em Porto Alegre. Cerca de 50 entidades, entre empresas públicas e privadas, instituições governamentais e não-governamentais, já aderiram à iniciativa, que conta com o apoio do Unicef - Fundo das Nações Unidas para a Infância. A coordenação executiva é da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema), Fundação de Planejamento Metropolita-

no e Regional (Metroplan), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), Federação das Associações dos Recicladores de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul e Prefeitura de Porto Alegre (Departamento Municipa-

**Prefeitos não consideram o lixo uma prioridade política: é preciso que a sociedade se mobilize para exigir a limpeza e a destinação adequada dos resíduos que a cidade produz.**

pal de Limpeza Urbana - DMLU).

O Fórum Estadual é um desdobramento do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, criado em 1998 e responsável pela iniciativa “Criança no Lixo, Nunca Mais”, lançada em junho do ano passado. Ele visa a promover a inclusão social com cidadania das crianças e adolescentes e de suas famílias, que vivem do lixo; reduzir o impacto ambiental produzido pela má gestão dos

resíduos sólidos; contribuir para melhorar a situação econômica e social das famílias que vivem da economia da reciclagem dos resíduos sólidos; entre outros aspectos. O Rio Grande do Sul vem se somar a outros estados que já criaram seus próprios fóruns, como Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Roraima, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo.

Conforme o secretário Estadual do Meio Ambiente, Claudio Langone, a estratégia de lançamento do Fórum Estadual/RS se deu de maneira descentralizada. Primeiro em Porto Alegre e, durante a Semana Estadual do Meio Ambiente 2000, realizada em junho nas cidades de Pelotas (região sul, inclusive a Fronteira Oeste), Santa Cruz do Sul (Centro), Caxias do Sul (Planalto) e Três de Maio (Noroeste), para propiciar sua organização regional.

A primeira fase do Fórum será de mobilização social e de esclarecimento e orientação aos municípios. “Uma segunda fase deve compreender atitudes de fiscalização sobre as situações mais graves”, alerta Langone. Ele explica que é intenção mostrar a necessidade de compromisso com a solução do problema do lixo para os candidatos a prefeito, pois essa é uma responsabilidade municipal.

E hoje, segundo o secretário, os prefeitos não colocam o lixo como uma prioridade política. “É preciso que a sociedade se mobilize para exigir a limpeza e a destinação adequada dos resíduos que a cidade produz”, enfatiza. Segundo a Constituição Federal de 1988, as prefei-

turas são as responsáveis pela coleta e pela destinação final do lixo nos municípios. Cabe também aos prefeitos a tarefa de garantir saúde e educação infantil, fundamental a todas as crianças.

O Fórum congrega um conjunto de instituições, unidas a fim de acabar com o problema dos resíduos sólidos. Ele busca criar mecanismos econômicos e sociais que apresentem possibilidades efetivas de solução, com o envolvimento da sociedade. "Como todos produzem lixo, todos são culpados pelo trabalho infantil nos lixões. Portanto, a tarefa de erradicar essa triste realidade deve ser coletiva", analisa Langone.



No Rio Grande do Sul, cerca de mil crianças trabalham na reciclagem do lixo.

### RS, um exemplo, mas com muito ainda por fazer

A Sema tem entre suas competências a coordenação da política estadual de resíduos sólidos, seja em termos de orientação ou de fiscalização. E o Rio Grande do Sul tem uma Lei Estadual de Resíduos Sólidos que é a mais avançada do País, de acordo com Langone. Em relação aos questionários de diagnóstico enviados pelo Unicef, foi o estado que teve a melhor resposta percentual e absoluta: 256 municípios, o que corresponde a 54%.

Pelas informações das prefeituras, existem cerca de 500 crianças que trabalham em lixões. "Porém, se considerarmos que os municípi-

os que não responderam são os que têm mais problemas nessa área, podemos estimar que o Rio Grande do Sul tem atualmente mais de mil crianças, de 0 a 16 anos, nos lixões", deduz o secretário. "E essas crianças precisam ter alternativas para que suas famílias as coloquem na escola, que é o seu lugar."

**"Para tirar as crianças dos lixões é necessário que os pais tenham onde trabalhar com dignidade e a criança possa ir para uma creche ou para uma escola."**

### Reciclando a vida

- A coordenadora da Federação das Associações dos Recicladores de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul, Hilma Klein Cardoso, concorda. Ela acredita que para tirar as crianças dos lixões é necessário que os pais tenham onde trabalhar com dignidade e a criança possa ir para

uma creche, uma escola ou uma escola profissionalizante, conforme a idade. "É preciso construir a cidadania dessas pessoas, não resgatar, pois não se resgata o que nunca existiu", define.

A Federação foi criada em 1998 e congrega, hoje, em todo o Estado, 40 associações de recicladores de lixo organizadas, sendo quatro cooperativas. Ela é responsável pela produção de 270 toneladas de lixo reciclado por dia, em média. Segundo Hilma, são duas mil pessoas cadastradas, que ganham, em média, R\$ 200,00 por mês. "E mais de 30 associações estão em processo de regularização" completa.

Só em Porto Alegre existem oito associações (ou galpões) organizadas, e a nona está surgindo. Conforme o assessor técnico da Federação, Egídio Fiorotti, a prefeitura

da capital reconhece o trabalho dos catadores como atividade regular. Também o INSS hoje já registra os recicladores como trabalhadores autônomos. Outra conquista, de acordo com Egídio, foi a aquisição de equipamentos e investimentos, feitos pelo próprio poder público junto às oito associações.

Segundo dados de pesquisa realizada pelo assessor da Federação, o lixo domiciliar diário dos gaúchos equivale a uma estrada de 20 quilômetros de comprimento, por cinco metros de largura e 20 centímetros de espessura. Com esse lixo, de acordo com Hilma, seria possível criar 14 mil empregos, com a construção de uma usina de reciclagem em cada município gaúcho. Um investimento aproximado de R\$ 100 milhões. Sem contar a diminuição dos danos ambientais. “Uma tonelada de papel reciclado, por exemplo, preserva 60 árvores”, garante Hilma. “Quem lucra com a reciclagem de lixo é o meio ambiente, os trabalhadores apenas tiram o seu sustento.”

Uma meta da Federação é ter construído, até o final deste ano, três pólos alternativos (ou usinas de beneficiamento) de plástico. O primeiro, com verba conseguida por

meio do Orçamento Participativo, deve entrar em funcionamento em agosto: fica em Porto Alegre, no Bairro Restinga, e faz parte do Corede Delta do Jacuí. “Com essa usina poderemos colocar o plástico

região do Vale do Sinos, com verba de uma entidade internacional, a America Foundation. E o terceiro pólo será em Caxias do Sul, esse ainda em fase de estudos. A Federação já está promovendo cursos de gerenciamento em todo o Estado, para qualificar os trabalhadores em relação às usinas.

### O que tem sido feito

- A Metroplan tem o projeto Plano Diretor de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Porto Alegre (PDRS), desenvolvido a partir de 1997 com recursos do Programa Pró-Guaíba e concluído em 1998. Esse plano, cujo objetivo é identificar e caracterizar os principais problemas da Região Metropolitana em relação ao lixo e propor soluções, está em fase de implantação, conforme a coordenadora de Planejamento Ambiental, Jussara Kalil Pires, e tem uma série de ações previstas, como capa-

citação técnica e educação ambiental. A idéia é desenvolver esse projeto com outras entidades. “O Fórum Estadual Lixo e Cidadania é uma forma de viabilizar isso”, esclarece Jussara.

O Estado entende que existem duas regiões problemáticas em relação a resíduos: a região metropo-



Em dez anos de coleta seletiva em Porto Alegre, já foram recicladas 60 mil toneladas de lixo.

no mercado com um valor melhor”, diz Hilma. Hoje, conforme ela, o quilo do plástico é avaliado entre R\$ 0,20 e R\$ 0,25. “O ganho de cada reciclador pode aumentar de 25% a 50%”, avalia.

O segundo pólo alternativo de plástico será construído até o final do ano em Novo Hamburgo, na

litana de Porto Alegre (que engloba 28 cidades), pois os municípios estão emendados, não havendo mais áreas para a disposição final de resíduos (muita gente em pouco espaço); e a aglomeração urbana do Nordeste, na região de Caxias do Sul (englobando 10 municípios). Ali, o problema maior é a fragilidade do solo,

não há locais adequados para a disposição de resíduos.

O PDRS apontou a necessidade de aterros metropolitanos (para mais de um município). Alguns municípios como Porto Alegre, Cachoeirinha, Esteio e Canoas têm dificuldade em encontrar áreas para a disposição de resíduos, daí a idéia de fazer aterros regionais, compartilhados. A Metroplan já vem trabalhando para tornar isso possível. Gravataí, Esteio, Porto Alegre e Cachoeirinha já firmaram convênio e operam um aterro sanitário. Segundo o PDRS, a região metropolitana da Capital produz todos os anos volume de lixo domiciliar equivalente a 156 campos de futebol com até dois metros de altura, ou seja, 654 mil toneladas.

Em relação à coleta seletiva, nove municípios já a implantaram: Porto Alegre, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, São Leopoldo e Novo Hamburgo. Nestes, a população já



auxilia na valorização dos materiais e no incremento do mercado de reciclagem. Mas é preciso mais. Jussara crê que o Fórum vai ligar a questão do meio ambiente com os problemas sociais. Os municípios terão que buscar alternativas de sobrevivência para a população que hoje vive dos lixões. Podem ser galpões de reciclagem, mas também uma série de outros programas sociais.

“É aí que entram as entidades vinculadas à questão de assistência social, de promoção de emprego e renda, de educação, de alfabetização de adultos, de bolsa-escola, entre outros”, declara. Na opinião de Jussara, para que o Fórum consiga atingir seus objetivos, será preciso criar uma sensação de indignação na sociedade e mobilizar os esforços para ações efetivas.

**A experiência de Porto Alegre - O DMLU tem uma experiência de 10 anos na gestão ambiental de resí-**

duos sólidos, com catadores e recicladores, podendo contribuir de maneira significativa para o Fórum. Hoje são 400 recicladores que tiram seu sustento através da coleta seletiva de Porto Alegre, experiência reconhecida como exitosa e pioneira, em maio, pela ONG Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cem-

pre), um conjunto de indústrias.

Conforme o diretor-geral do DMLU, Rosalino Mello, a coleta seletiva abrange 150 bairros e recolhe hoje cerca de 80 toneladas de lixo por dia. A meta é atingir, ainda neste ano, 100 toneladas/dia. Para isto, o DMLU está estendendo o sistema a núcleos de grande produção de material reindustrializável, como empresas, condomínios, órgãos públicos e universidades. Em 10 anos de coleta seletiva, já foram recicladas 60 mil toneladas de lixo seco. Só de papel, a reciclagem chegou a 15.518 toneladas, preservando, assim, 529 mil árvores, 90% de água e 78% de energia no processo de produção do papel. O volume de metais reciclados chegou a 5.321 toneladas de latas. Em resíduos plásticos, o reaproveitamento totalizou 1.345 toneladas, de julho de 1998 a julho de 1999.

*Darlene Silveira é jornalista.*

# Pesquisa conclui: parques de Porto Alegre abrigam 27% das espécies de aves que vivem no Estado

MÁRCIO EFE

**Dados levantados em projeto de pesquisa vão ajudar na manutenção e conservação ambiental dos parques da cidade e comporão livro ilustrado sobre a avifauna desses locais.**

**E**m trabalho desenvolvido durante um ano, de 21 de junho de 1998 a 21 de junho de 1999, com a realização de 106 visitas, a equipe técnica do projeto Ecologia e Distribuição da Avifauna dos Parques de Porto Alegre pesquisou as aves dos parques Chico Mendes, Farroupilha, Gabriel Knijnik, Marinha do Brasil, Mascarenhas de Moraes, Maurício Sirotsky Sobrinho (Harmonia) e Moinhos de Vento, em Porto Alegre, além da avifauna do Parque Saint-Hilaire, que tem sua maior área localizada no município de Viamão.

Durante o período da pesquisa,

nas oito áreas de estudo, obteve-se registro visual e/ou sonoro de 168 espécies de aves, o que representa aproximadamente 27% das aves existentes no Rio Grande do Sul. O Parque Saint-Hilaire, que tem a



Parque Mascarenhas de Moraes na Zona Norte da capital gaúcha (Humaitá).

maior extensão e a mais diversa cobertura vegetal, com área significativa de mata nativa, apresentou o maior número de espécies

(131); além disto, 24 das espécies registradas ocorrem apenas neste parque.

Dos locais inseridos na malha urbana de Porto Alegre, a maior diversidade ocorreu nos parques Mascarenhas de Moraes e Harmonia (85 espécies), seguidos pelos parques Marinha do Brasil e Gabriel Knijnik (76 espécies), Chico Mendes (72), Farroupilha (62) e por último, o Parque Moinhos de Vento (41).

Registraram-se 23 espécies de aves comuns a todos os parques, como o sabiá-laranjeira, o bem-te-vi, a corruíra, o sanhaço-cinzento, o cambacica, o joão-de-barro e o beija-flor-dourado. Além destas, algumas aves tiveram baixo número de registros durante o período de estudo, como o cisqueiro, o socó-boi-verdadeiro, a cigarra-bambu, o gavião-preto, a saracuruçu, o beija-flor-de-veste-preta, o vira-folha, o joão-pobre e a calhandra-de-três-rabos.

O inambu-guaçu e a araquã, registrados nos parques Gabriel Knijnik e Saint-Hilaire, são aves de ambientes florestais e, portanto, ameaçados pelo crescente desmatamento ocorrente nas florestas de vários estados do

País. O pica-pau-dourado, existente nestes mesmos parques é considerado no Livro das Aves Ameaçadas das Américas de 1992, uma

espécie próxima à ameaça (near threatened). O cisqueiro, capturado em uma ocasião no Parque Saint-Hilaire, também insere-se nesta categoria, segundo o mesmo livro. Essa espécie também é incluída na listagem da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção.

Quanto ao levantamento de dados biológicos, 593 espécimes foram capturados e marcados com anilhas do Cemave, representando 67 espécies diferentes de aves. Destas, foram obtidos dados de biometria (medição de tamanho de bico, pata, asa e cauda), caracterização da plumagem e peso.

O projeto Ecologia e Distribuição da Avifauna dos Parques de Porto Alegre é desenvolvido pela Associação Brasileira para Conservação das Aves (Proaves), Centro de Pesquisas para Conservação das Aves Silvestres (Cemave/Ibama), Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre (Smam-PMPA) e Companhia Petroquímica do Sul (Copesul).

Os objetivos do projeto são: levantamento qualitativo das espécies ocorrentes e do uso dos diferentes ambientes dos parques por essas espécies; obtenção de parâmetros de ocorrência das

**Nos parques, foram identificadas aves de ambientes florestais, ameaçadas pelo desmatamento, além de espécies próximas à ameaça de extinção.**



Gavião-carrapateiro



Quero-quero



Frango d'água



Martim-pescador-verde

aves no decorrer do ano, buscando-se a identificação de espécies residentes e migratórias; levantamento de dados biológicos das espécies, através da captura com redes ornitológicas; identificação de espécies endêmicas, raras

e/ou ameaçadas de extinção; avaliação da efetividade destas áreas na conservação das aves, indicando áreas de maior e menor importância quanto à manutenção da biodiversidade; indicação de estratégias de conservação, a partir de alterações identificadas nas comunidades de aves e/ou seus ambientes; levantamento de espécies vegetais utilizadas pelas aves na alimentação; e a realização de atividades de educação ambiental para alunos do ensino de 1º e 2º graus e demais interessados.

Durante o desenvolvimento do estudo, foram feitas fotografias

em slide e papel, com o objetivo de criar um banco de imagens.

Como objetivo final, este projeto culminará na publicação de um livro ilustrado sobre a avifauna dos parques pesquisados. Com linguagem acessível aos leigos e ilustrado



Garça-branca-grande

com fotos, este livro pretende servir de estímulo para que a população passe a apreciar a observação de aves (bird watching), atividade bastante difundida nos Estados Uni-

dos e Europa, contribuindo para a conservação das aves e dos ambientes nos quais elas vivem.

*Interessados em participar dos Cursos de Introdução à Observação de Aves que vêm sendo ministrados quinzenalmente no Jardim Botânico, também com a parceria da Smam, podem buscar informações com o autor deste artigo, pelo telefone (51) 226-4871.*

*Márcio Efe é biólogo colaborador da Proaves.*



Vira-folha

# Uma democracia de verdade

FLÁVIO ILHA

**Congresso da Cidade radicaliza participação popular em Porto Alegre e atrai observadores de fora do país.**

**P**arecia, de fato, uma democracia na sua definição mais clássica: no final de maio, quase 2 mil pessoas se reuniram no auditório Araújo Viana, em Porto Alegre, para, de viva voz (e voto), discutir o futuro da cidade em áreas estratégicas, como urbanismo, atividade econômica, ambiente e inclusão social. Na retaguarda, a contabilidade contava mais de 7 mil participantes em debates preparatórios que iniciaram em novembro do ano passado e que apontaram a cidade do futuro. As 431 diretrizes aprovadas no III Congresso da Cidade serão usadas pela Prefeitura para fundamentar o próximo plano plurianual de Porto Alegre, que deverá ser entregue à Câmara de Vereadores até abril de 2001.

As resoluções são abrangentes e foram definidas em dezenas de reuniões e plenárias que percorreram a cidade. A reunião final, do dia 28 de maio, reuniu 1.780 cidadãos porto-alegrenses e, exageros à parte, podia lembrar antigas assembleias públicas onde se decidiam o destino das cidades-estado gregas. Justamente, onde foram inventados os termos democracia, cidadão e Estado. "Foi uma participação totalmente aberta, sem restrições

de qualquer ordem", diz o coordenador-executivo do III Congresso da Cidade, Adair Barcelos. Ou seja, não era preciso representar alguma entidade, algum partido, algum sindicato para fazer parte das discussões. Bastava disposição.

O prefeito Raul Pont, que abriu o Congresso, afirmou que o evento significava "uma complementação e um avanço na democracia participativa que a cidade já pratica", citando o Orçamento Participativo, os Conselhos Municipais e os fóruns criados na década passada para decidir o dia-a-dia da cidade. Pont explicou que o Congresso procurou planejar Porto Alegre para a próxima década, destacando os pontos prioritários escolhidos pelos participantes: combate à exclusão social, atenção às

necessidades de pessoas portadoras de deficiências, reintegração da orla do Lago Guaíba à cidade, desenvolvimento urbano com preservação ambiental e, principalmente, democracia.

Segundo o prefeito, os projetos, apresentados na forma de tese, vão ser transformados em obras e serviços, a exemplo do que ocorreu após o primeiro e o segundo congressos, realizados respectivamente em 1993 e 1995. "O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, por exemplo, foi construído totalmente pelo II Congresso da Cidade", disse Pont.

Dizer que o III Congresso da



Cidade parecia de fato uma democracia não é exagero, porque a edição do ano 2000 superou em muito as participações, restritas, das duas edições anteriores do evento. No primeiro, foram cerca de 550 pessoas; no segundo, 330. “A cidade estava toda representada neste evento”, lembra o coordenador-executivo Adair Barcelos.

A forma de participação e discussão também atraiu a atenção de observadores internacionais, vindos do Canadá, Holanda, Alemanha,

Peru, Chile e Nicarágua. A coordenadora do grupo de Políticas Sociais, Elaine Paz, informou que foram aprovadas 53 diretrizes, prevendo “prioridade absoluta” ao es-

**Congresso atraiu a atenção de observadores internacionais, vindos do Canadá, Holanda, Alemanha, Peru, Chile e Nicarágua, e suas diretrizes vão fundamentar o plano plurianual de Porto Alegre, que chegará à Câmara de Vereadores até abril de 2001.**

tabelecimento de políticas públicas que façam frente ao crescente processo de exclusão.

Ganharam destaque pessoas portadoras de deficiência física, de necessidades especiais e os usuá-

rios dos serviços de saúde mental, além dos idosos. A todos estes deve ser garantido acesso pleno e equânime às políticas de educação, saúde, assistência social, habitação, esportes, trabalho, cultura e lazer, bem como de saneamento básico. O grupo decidiu traçar um mapa da exclusão em Porto Alegre para detectar o que se chamou de “vazios de atendimento” na cidade. “Parte do orçamento das secretarias municipais deve ser direcionada para políticas de inclusão, assim como devemos aumentar o envolvimento da sociedade

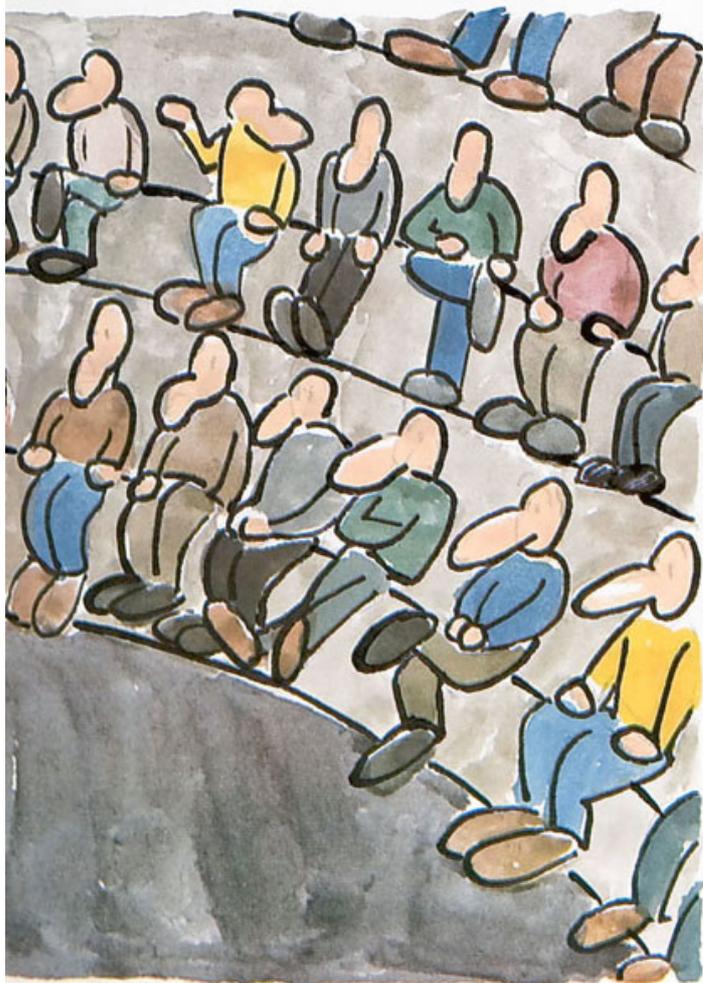
civil nessa questão”, disse Elaine.

No eixo econômico de discussão, os participantes estabeleceram políticas que tenham capacidade de enfrentar a dinâmica nacional, que retira os instrumentos de proteção social ao mesmo tempo em que transfere obrigações do governo federal

aos municípios. “Estamos demonstrando que é possível articular uma política pública de desenvolvimento local baseada na geração de trabalho e distribuição de renda”, destaca Carmem Sílvia Ribeiro, coordenadora do grupo.

O principal foco das discussões recaiu sobre as potencialidades turísticas de Porto Alegre e seu aproveitamento econômico. Nesse caso, vinculada a dois eixos: a orla do Lago Guaíba e a revitalização do porto da Capital. “É preciso aproveitar melhor esse potencial como atividade econômica”, diz a coordenadora, baseada em informações estatísticas: 80% do PIB (Produto Interno Bruto) e 70% das exportações do Estado passam por Porto Alegre antes de chegarem ao porto de Rio Grande, hoje principal foco de escoamento de produção do Rio Grande do Sul. “O sucateamento do nosso porto e o abandono do sistema hidroviário são conseqüências das opções feitas pelos governos estadual e federal, que privilegiaram prioritariamente investimentos em portos marítimos, como portas para o mercado exterior, e em rodovias como ligações dessas portas”, avalia Carmem.

Uma política de incremento da atividade portuária, nesse sentido,



pode representar a redução dos custos dos produtos, gastos menores em manutenção de estradas e vias públicas da cidade (estima-se que circulam em média cerca de 1,5 mil caminhões diariamente na Capital), maior competitividade dos produtos gaúchos e maiores possibilidades de inclusão das pequenas e médias empresas no mercado externo.

A nova visão em relação ao porto de Porto Alegre exigirá investimentos no sistema hidroviário, na estrutura do cais e na criação de um distrito de atividades logísticas integrando o Porto Seco, o Quarto Distrito e o Corredor de Desenvolvimento. Isso trará benefícios para a cidade, para a região metropolitana e para o eixo de Caxias do Sul, gerando empregos e impacto na renda.

Outra prioridade são os chamados projetos estruturais, de grande impacto econômico e social. Entre eles a segunda etapa do Parque Industrial da Restinga e a marca Sabor Local, que aglutinará a produção frutífera da cidade numa única estratégia de comercialização. Além, disso, a Etiqueta Popular também deverá proporcionar acesso ao mercado dos produtores associados ou cooperativados, que trabalham com produtos artesanais e sem escala industrial. É um contraponto à política de atração de investimentos externos poupadores de mão-de-obra e de impacto reduzido na economia. "O investimento nos pequenos empreendimentos propicia a consolidação do tecido econômico local", compara.

Os princípios que nortearam as

discussões sobre a política de desenvolvimento econômico do município tiveram três referências centrais: a dinamização da economia da cidade, centrada no crescimento econômico com desconcentração da economia e distribuição de renda; a qualidade de vida, preparando a cidade para enfrentar o quadro recessivo e o desemprego estrutural;

**Portadores de deficiência física ou de necessidades especiais, usuários dos serviços de saúde mental e idosos devem ter acesso às políticas de educação, saúde, assistência social, habitação, esportes, trabalho, cultura e lazer, e saneamento básico.**

e a qualificação da cidadania, pressuposto político que corresponde à construção de uma cidade mais democrática e participativa.

No terreno político, as discussões avançaram para a formação de um Fórum de Gestão Pública Democrática, com a participação do governo e da sociedade civil. Esse fórum concentraria as discus-

**Prioridade é garantir espaços públicos de esporte, lazer e cultura em todas as regiões da cidade, preservando os já existentes e criando outros em áreas de novos loteamentos, reassentamentos ou em áreas de expansão.**

sões sobre reforma administrativa do município, que tem como objetivo qualificar os setores, órgãos, departamentos, pessoal e recursos materiais.

Ficou definida também a organi-

zação de uma Conferência Municipal sobre Democracia e Gestão do Estado, a ser realizada em 2001. O objetivo, nesse caso, é avaliar e redefinir os novos caminhos da democracia e da organização do Estado em Porto Alegre, tomando como base as experiências de democracia direta exercidas na cidade.

No campo cultural, a preocupação dos congressistas foi garantir a participação efetiva da comunidade nos programas de lazer da cidade. Mais uma vez, a tônica foi a descentralização das atividades culturais e o incentivo à organização comunitária com autonomia e soberania.

Por isso foi recomendado que sejam repensadas as funções dos espaços públicos abertos e fechados (praças, parques, jardins, estádios, orla do lago etc.), visando acesso universal, recuperação, revitalização e ampliação de acesso, uso e qualificação. A prioridade é garantir espaços públicos de esporte, lazer e cultura em todas as regiões da cidade, preservando os já existentes e criando outros em áreas de novos loteamentos, reassentamentos ou em áreas de expansão.

Além disso, devem-se incrementar, inclusive com apoio financeiro das secretarias, manifestações de diversificadas formas culturais, esportivas e de lazer, eventos organizados pela comunidade - hip-hop, capoeira, prática de iôga, grupos de dança de rua, jogos, caminhadas, grupos de convivência da terceira idade -, respeitando e garantindo a vocação de cada espaço e fortalecendo a construção da imagem democrática da cidade.



Mais de 7 mil participantes decidiram o futuro da cidade.

O principal desafio é possibilitar a livre circulação e o livre acesso aos bens e serviços culturais, de lazer, de esporte e turismo como um direito de todos, independente da raça, credo, gênero, etnia, condição física e econômica e da situação geográfica de cada pessoa, fomentando o espaço público que é de todos. Incluindo aí idosos e portadoras de deficiências.

O coordenador-geral do Congresso adverte que as deliberações não são aplicáveis na prática, obrigato-

riamente, ou seja, elas serão incluídas no Plano Plurianual de Porto Alegre para um aproveitamento futuro. Mesmo assim, serão remetidas a todos os candidatos a prefeito da cidade. Qualquer pessoa pode consultar a íntegra das decisões pela Internet, através do *site* <http://www.portoalegre.rs.gov.br>.

**Ambiente mobiliza maiores decisões** - A votação das propostas do grupo de trabalho Desenvolvimento Urbano e Ambiental mobilizou o

maior número de participantes e teve 104 diretrizes e emendas aprovadas. Treze entidades da sociedade civil, como a Sociedade de Engenharia, o Instituto de Arquitetos do Brasil, o Sinduscon, e vários cidadãos enviaram propostas, que foram analisadas pela Plenária do III Congresso da Cidade.

Uma das principais decisões foi o indicativo de que, nos próximos dez anos, Porto Alegre atingirá 100% de tratamento de esgoto sanitário. O projeto prioritário, nesse sentido, é a implantação da estação de tratamento de esgotos da Ponta da Cadeia, que tratará os esgotos da área central da capital gaúcha.

As propostas embrionárias deste grupo foram as sete estratégias do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), em vigor desde março deste ano. Dessa forma, na estratégia da Estruturação Urbana/Região Metropolitana, onde estão incluídas questões como o sistema viário da cidade, todas as propostas apresentadas foram aprovadas. Algumas com emendas, como a da Sociedade de Engenharia, que prevê análise, visando à implantação de sistemas de transporte de massa metropolitanos que atendam às necessidades e anseios da Região Metropolitana, como por exemplo a linha 2 do Trensurb, metrô de superfície ou subterrâneos, trens de superfície, ou seja, alternativas de transporte com vias próprias.

No que tange à estratégia de mobilidade urbana, onde já está estabelecida pelo PDDUA a necessidade de implementação de uma trama viária que atenda a um modelo miscigenado de cidade, foi in-

## UMA CIDADE DO FUTURO

### Algumas resoluções aprovadas no III Congresso da Cidade

- ❖ As políticas públicas devem incrementar uma economia com perfil empregador, diversificado e descentralizado, estimular as iniciativas de empreendimentos solidários e cooperativados, bem como reorientar a capacitação profissional para a nova base produtiva da economia.
- ❖ Deve-se descentralizar administrativamente a cidade por meio da implementação de estruturas capazes de responder, no plano das regiões, por programas e políticas priorizadas pelo governo e decididas em conjunto com a população.
- ❖ A economia digital deve se basear na infra-estrutura de logística. A integração de pontos de transporte - como o Aeroporto, o Porto Seco e o próprio Porto - à Infovia de Porto Alegre dará a agilidade necessária para constituir mais um diferencial competitivo às empresas locais.
- ❖ Um inventário dos espaços de cultura e lazer existentes e passíveis de utilização deverá anteceder uma análise multidisciplinar (antropológica, sociológica, estrutural, espacial etc.) da vocação cultural da cidade.
- ❖ Deve-se implantar, junto à orla do Lago Guaíba, espaços organizados para a gastronomia como ponto de encontro da população porto-alegrense.
- ❖ Articular com o governo estadual projetos de turismo ecológico e náutico no Parque Estadual Delta do Jacuí, respeitando seu zoneamento de usos e a fragilidade ambiental das áreas.
- ❖ Consolidar uma rede metropolitana de transporte público de massas com acessibilidade universal, conforto, segurança, agilidade e preços acessíveis, integrada pelos diferentes meios e com respeito aos passageiros indiscriminadamente.
- ❖ Utilizar o Lago Guaíba como alternativa de transporte coletivo municipal e intermunicipal, de passageiros e de carga, aproveitando suas potencialidades hídricas, da Zona Sul e das ilhas do Delta do Jacuí até o centro da cidade, com barcos rápidos e de boa qualidade.
- ❖ Atingir, em cinco anos, 100% da cidade com a coleta do lixo reciclável.
- ❖ Promover a implantação de, no mínimo, um grande parque na Zona Sul.
- ❖ Viabilizar a implantação da rede pública canalizada de distribuição de gás natural como fonte alternativa de energia, observados os critérios de risco e impacto ambiental.



tegrado à proposta a realização de um estudo, no qual se encontrem alternativas para o congestionamento na área central da cidade.

Também foi aprovada a implantação do Plano Diretor Cicloviário e de rotas alternativas de lazer (ligando parques e locais de lazer), e também desenvolver estudo e projeto para a implantação de uma linha de bonde. Ainda foi aprovada a proposta das Pessoas Portadoras de Deficiência (PPDs) de que todas as políticas de mobilidade urbana incluam o uso por pessoas com dificuldade de locomoção permanente ou temporária.

Questões polêmicas também foram pautadas na votação, como na estratégia de Qualificação Ambiental. Uma delas refere-se à reavaliação da Lei do Silêncio no tocante à poluição sonora ambiental, com a criação de legislação específica ampla abrangendo todos os segmentos da população.

Também foi aprovada a diretriz remetida pelo IAB sobre a aplicação de projetos de iluminação com a orientação de plano diretor específico, nos programas de Revitalização da Área Central, Orla do Guaíba e Espaços Abertos, combatendo o desperdício de energia elétrica e criando iluminação de realce como componente de identidade visual para a cidade. Esta proposta serve também, conforme diz o texto, como subsídio para programas de enfoque turístico para o município.

*Flávio Ilha é jornalista.*

# Trajetória e perspectivas dos Comitês de Bacias do Rio Grande do Sul

LUIZ ANTONIO T. GRASSI

**A partir dos postulados constitucionais aprovados pelo Parlamento, foi formulada a proposta de um sistema de gestão das águas estaduais gaúchas, que acabou gerando a Lei 10.350/94.**

**N**o início foi a aspiração um pouco difusa, talvez até confusa, de “salvar o rio”, de impedir sua morte, de combater a poluição, de punir os poluidores. Nas décadas de 60 e 70, descobria-se a ecologia, desenvolvia-se o movimento ambientalista, e a sociedade começava a tomar consciência de que a qualidade de vida e sua própria sobrevivência corriam riscos se não fossem tomados cuidados com os usos dos bens naturais.

Entre esses bens, os rios eram objeto da maior preocupação, fato explicável não só pela enorme importância da água para a vida e para a sociedade mas também pelo valor simbólico e afetivo desse bem natural (basta lembrar a identificação de comunidades com o “seu rio”, com o “seu vale”, por razões históricas e geográficas).

Nesse contexto e nessa época, mobilizaram-se algumas lideranças e entidades dos vales do Sinos e do Gravataí. Entre tantos outros movimentos que caracterizaram os

primeiros momentos da preocupação com a questão ambiental, a mobilização dessas lideranças - até mesmo pela gravidade dos problemas nos respectivos rios - encontrou eco junto aos poderes públicos municipais e estadual, assim como junto aos meios de comunicação e aos demais setores da coletividade (uni-

**Participação de segmentos não governamentais, ao lado de técnicos do Estado, foi decisiva para formar um “corpo” comprometido com a implantação de política de gestão das águas.**

versidade, associações ambientalistas, entidades empresariais etc.).

Dessa conjugação, surgiram os dois primeiros Comitês de Bacia hidrográfica de rios estaduais no Brasil: o Comitê Sinos (estruturado em 1987 e instituído em 1988) e o Comitê Gravataí (1988/1989). É importante destacar que, desde o início, esses comitês caracterizaram-se pela chancela oficial, com sua instituição por decreto governamental. Essa circunstância enfatiza o reconhecimento de que a

água é um bem público e de que, legalmente, no Brasil, sua gestão é competência do Estado (União ou governos estaduais).

A partir daí, esses dois comitês serviram como uma espécie de laboratório de experiências efetivas na discussão de problemas, propostas, ações e principalmente como uma escola de negociação entre representantes dos mais diferentes e até conflitantes interesses. Desde o início ficou bastante claro que não bastava simplesmente a boa vontade dos participantes. Os problemas e conflitos a serem enfrentados tinham raízes no uso cada vez maior e mais diversificado dos rios sem levar em conta que sua capacidade é limitada.

Esses usos são gerados por necessidades e interesses legítimos, em sua grande maioria, mas seu disciplinamento e sua compatibilização é a única forma de garantir a sustentabilidade do recurso usado.

Portanto, as ações voluntárias e pontuais não podiam ser vistas como soluções eficazes e definitivas, embora valessem como fator de coesão, conscientização, mobilização e até

para obter soluções emergenciais ou parciais.

A consequência natural dessa constatação foi a busca de uma linha de ação mais abrangente e conseqüente. Em outras palavras, a busca de uma política, de uma metodologia e de instrumentos para gerenciamento dos usos das águas, tendo em vista a melhoria e a conservação de suas condições apropriadas, tanto quantitativa quanto qualitativamente.

As pessoas e as instituições en-

volvidas com o trabalho passaram a estudar e investigar as doutrinas e as experiências de gerenciamento em curso pelo mundo. Particularmente, as soluções experimentadas na França, na Alemanha, na Inglaterra e nos Estados Unidos foram examinadas e estudadas. Constatou-se a importância de uma política pública expressa adequadamente em termos legais e institucionais: a necessidade de um sistema de gestão dos recursos hídricos.

Foi nessa direção, da formulação de um modelo de gestão pública da água, que os dois comitês concentraram grande parte de seus esforços, associados a outras instâncias, tanto estatais quanto não governamentais. O arcabouço legal e institucional existente (principalmente o Código das

Águas, de 1934; a Constituição Federal de 1988; a Lei Estadual 8.735/88, sobre a política dos recursos hídricos e o decreto que criara, em 1981, um incipiente sistema com o respectivo Conselho Estadual de Recursos Hídricos) foi substancialmente reforçado com o artigo 171 da Constituição Estadual, resultado já da elaboração teórico-doutrinária propiciada pelos comitês.

A partir dos postulados constitucionais aprovados pelo Parlamento, foi, aos poucos, formulada a proposta de um sistema de gestão das águas estaduais gaúchas, que acabou gerando a Lei 10.350/94. Nesse

período, de 1987 a 1994, os comitês Sinos e Gravataí, juntamente com o Comitê da Bacia do Rio Santa Maria, criados no início de 1994, desenvolveram atividades variadas. Desde o debate e o equacionamento de questões localizadas - envolvendo focos de poluição, conflitos de usos, aglutinamento de recursos técnicos para estudos, pareceres e propostas de soluções - até a discussão e o encaminhamento

de cursos hídricos foram objeto de ações, com destaque para o problema do destino dos resíduos sólidos, em relação ao qual os comitês apresentaram sugestões e assessoramento a prefeituras, tanto em casos efetivos, quanto para soluções mais genéricas e intermunicipais.

A educação ambiental foi outra área de atuação, tanto em campanhas e eventos isolados quanto, no caso do Comitê Sinos, em um programa continuado de capacitação de professores municipais que culminou na criação de uma rede permanente de instituições e educadores. Já o Comitê Santa Maria enfrentou outra realidade, mais ligada aos problemas de carência quantitativa da água para o uso extensivo que é feito naquela bacia, onde predomina a irrigação.

REJANE TONIOLO



Rio dos Sinos: uma opção de lazer.

período, de 1987 a 1994, os comitês Sinos e Gravataí, juntamente com o Comitê da Bacia do Rio Santa Maria, criados no início de 1994, desenvolveram atividades variadas. Desde o debate e o equacionamento de questões localizadas - envolvendo focos de poluição, conflitos de usos, aglutinamento de recursos técnicos para estudos, pareceres e propostas de soluções - até a discussão e o encaminhamento

de ações de caráter mais permanente e coerentes com uma linha de gerenciamento dos recursos hídricos. Nesse enfoque, o Comitê Sinos viabilizou, pela integração institucional, o monitoramento da qualidade das águas, o Comitê Gravataí lutou pela criação de Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande e por projetos técnicos de maior amplitude, como a regularização da vazão do rio, tendo em vista múltiplos usos e os sistemas de esgotamento sanitário de Cachoeirinha e Gravataí. Outras questões ambientais com implicação dos re-

A maior e mais duradoura contribuição que esses primeiros comitês deram, entretanto, situa-se no desenvolvimento institucional. Sem eles, não teria sido possível a formulação de um sistema de gestão baseado no que há de mais moderno e eficiente, em termos mundiais, mas adequado às nossas condições geográficas, sócio-econômicas, culturais e político-institucionais. Demandas trazidas a esses colegiados foram um constante chamamento à realidade local e uma amostra dos principais problemas. E a participação dos mais diferentes protagonistas propiciou um

aprendizado mútuo no reconhecimento dos interesses em jogo, no respeito às posições diferenciadas e até antagônicas, nas características comportamentais e instrumentais de cada segmento e na busca de metodologias de discussão, equacionamento e encaminhamento de soluções que incorporassem elementos da experiência vivida e do rigor técnico-científico.

Ainda mais, os comitês foram câmaras de discussão de propostas que iam formando o quadro do futuro sistema estadual de gestão, além de terem sido, inúmeras vezes, elementos de pressão sobre o poder público na resolução de impasses ou na aceleração do processo de institucionalização do sistema. A participação de segmentos não governamentais, como universidades, organizações da sociedade e setores empresariais, ao lado de técnicos do Estado, foi decisiva para a formação de um "corpo" comprometido com a implantação de uma política de gestão das águas. O resultado principal foi a aprovação da Lei 10.350 pela unanimidade da Assembléia Legislativa e sua subsequente sanção pelo governador do Estado, em 30 de dezembro de 1994.

**Os comitês após a Lei das Águas: a integração em um sistema de gestão dos recursos hídricos** - Com a promulgação da Lei 10.350/94, abria-se um novo panorama para os três comitês de bacia existentes: passavam a fazer parte de um sistema público de gestão das águas, oficializado legalmente, mas iniciando uma fase crucial, possivelmente cheia de dificuldades, e talvez demorada, de implantação. Ainda uma vez, os pioneiros foram

os paradigmas dos futuros comitês. Mas, ao mesmo tempo, tiveram de empreender a importante tarefa de se adequar aos novos ditames legais - e, nesse esforço, muito aprenderam com os parceiros que começavam a surgir.

Enquanto outras partes do sistema começavam a ser implementadas, e instrumentos operacionais previstos na lei eram estudados ou preparados, a partir de 1995 começam a surgir os primeiros embriões dos novos comitês. Um estudo prévio, levando em conta a realidade hidrográfica em conjunção com fatores sócio-econômicos e culturais, elaborou uma proposta inicial de divisão das três grandes bacias estaduais (Regiões Hidrográficas, na terminologia da Lei 10.350/94) em unidades menores.

Desde logo, uma diretriz fundamental foi adotada, em respeito ao próprio espírito da lei: cabia, sim, ao Estado, disseminar o conhecimento da lei, as informações e orientações necessárias e incentivar o início do processo. Mas cada comitê devia ser gerado pela decisão de lideranças regionais de assumir e mobilizar as comunidades. Isso implica o respeito a formas, ritmos e matizes diferentes para cada bacia hidrográfica onde se construíam comitês.

Os primeiros a se formarem fo-

ram os comitês Taquari-Antas (objeto de um longo debate sobre a divisão ou não em dois comitês, o Antas e o Taquari, vingando a proposta inicial de unidade) e o Caí. Ambos, especialmente o primeiro, em vista da adesão institucional verificada, que possibilitou um ritmo mais vigoroso dos trabalhos, contribuíram para a formulação de alguns critérios e de uma metodologia que passaram a nortear a formação dos demais comitês. Veja no quadro abaixo as principais contribuições.

#### Principais critérios para nortear a formação de Comitês

- ✓ a formação de uma "comissão de sistematização", grupo interinstitucional formado localmente, mas autorizado pelo Estado, para organizar o processo, na bacia;
- ✓ as ações de divulgação, esclarecimento e mobilização de usuários e das comunidades;
- ✓ as decisões sobre as características do comitê (número de membros, categorias de participantes dentro dos grupos previstos na lei e sua proporcionalidade etc.);
- ✓ a convocação, através dos meios de comunicação, de entidades interessadas em participar do comitê, o cadastramento e a qualificação dessas entidades e a eleição, pelos inscritos em cada categoria, das titulares e suplentes para comporem o primeiro mandato do comitê.

Tudo isso passou a anteceder a instituição de cada comitê, por decreto governamental (cumprindo a Lei) e sua instalação oficial. Pode-se dizer que cada comitê, embora seguindo os mesmos marcos metodológicos, tem uma história diferente, que reflete, fortemente, as diversidades regionais. No processo de formação, vieram à tona as diferenças quanto aos usos da água atuais ou potenciais (irrigação, usos industriais, aproveitamentos para turismo e lazer, abastecimento urbano, transporte hidroviário, geração de energia elétrica etc.), assim

como as diferentes expressões da organização social: regiões com a sociedade mais organizada que outras; organização com ênfase em interesses de cunho corporativo (sindicatos), comunitário (associações de moradores, clubes de serviço), religioso, ambiental, educacional (universidades), profissional etc. Em suma, uma grande e rica diversidade social e cultural que, de forma mais ou menos empírica foi expressa na composição dos comitês.

É importante frisar o intercâmbio ocorrido entre os processos paralelos, com o aproveitamento mútuo de experiências diferentes, mas capazes de serem transpostas. Fator fundamental, também, foi a atuação do Estado, através de técnicos que acompanharam e orientaram todo o processo. Essa presença sempre foi um componente essencial da doutrina de gestão contida na Lei 10.350, na medida em que a água é declaradamente um bem público e sua gestão uma obrigação do Estado. Mesmo nem sempre sendo uma prioridade de governo, a atuação dos agentes estatais manteve presente a noção de que os comitês não são organizações informais, espontâneas, mas sim organismos integrantes de um sistema público de gestão dos recursos hídricos.

Ao lado da presença e da orientação, houve, também, o ensaio de um papel importante do Estado junto aos comitês e ao sistema: a provisão de estudos técnicos para capacitar o conhecimento da realidade das bacias e as futuras tomadas de decisão, por parte dos comitês. Diversos comitês, ao se formarem, contaram com levantamentos e diagnósticos das disponibilida-

des, das demandas e dos problemas das respectivas bacias, constituindo o início de um acervo a ser aproveitado nas atividades futuras.

Além dos já mencionados comitês Taquari-Antas e Caí, constituíram-se, nesse período, os comitês Lago Guaíba, Pardo, Vacacaí-Vacacaí-mirim, Tramandaí e Camaquã, além do Baixo Jacuí e do Litoral Médio, em fase avançada de formação, e de vários outros com o processo já em andamento, praticamente completando o quadro previsto dos comitês de bacias de rios estaduais. Deve-se notar que o Rio Grande do Sul conta com os rios Quaraí, Jaguarão, Negro e Mampituba e com a Lagoa Mirim, que constituem corpos de águas federais. Suas bacias (que compreendem águas de domínio federal, no curso principal, sendo todas as demais de domínio estadual) deverão ter comitês que conjuguem as instituições e os dispositivos legais federais e estaduais. O Rio Uruguai, também de domínio federal deverá ser objeto de um arranjo especial, pois sua bacia integra sub-bacias de corpos de água estaduais (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), com os respectivos comitês (de órbita estadual), mas o rio tem o cunho transfronteiriço (Brasil, Argentina e Uruguai).

Quanto aos comitês existentes anteriormente, também passaram por um interessante estágio de adequação à Lei 10.350, na sua composição, na sua organização regimental e mesmo nos seus objetivos, face às atribuições explicitadas na lei. Nessa etapa, foi a vez dos comitês veteranos aprenderem com os posteriores e aplicarem inovações que arejaram sua formação e sua práti-

ca. Por exemplo, quanto à composição, os antigos comitês eram formados por um certo número de entidades, públicas ou não, definidas permanentemente no decreto de instituição, cujos critérios de escolha eram o interesse pela participação e a presença na época de criação.

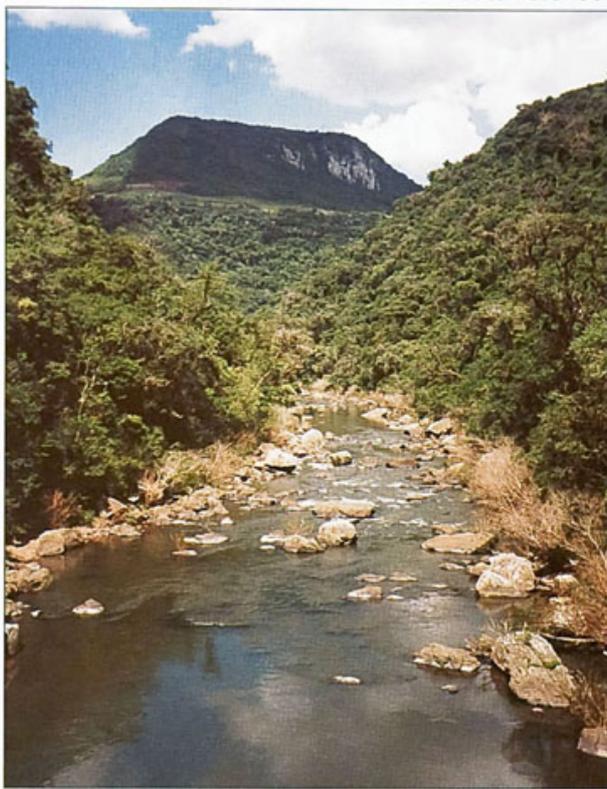
Com a lei, todos os comitês passam a contar com três grupos de integrantes: representantes dos usuários da água, da população da bacia e do poder público. A proporção também é definida: 40% para cada um dos dois primeiros grupos e 20% para a bancada estatal (variando o número de cadeiras de comitê para comitê). E a lei abre a possibilidade, assumida em diretrizes regulamentadoras, de renovação periódica dos membros integrantes (estabelecida, em dois anos de mandato).

### **O futuro dos comitês e do Sistema de Recursos Hídricos -**

Ainda em curso, a constituição dos comitês de gerenciamento de bacia hidrográfica tem sido um processo extremamente rico em experiências inovadoras. A investigação de uma doutrina fundamentadora, seu aprofundamento pelo estudo e pelo conhecimento de experiências externas, sua adequação à realidade estadual pelo aproveitamento das indicações dadas pelo ensaio contínuo da experimentação prática e sua adoção pelo consenso obtido através do debate amplo e contínuo investem os comitês gaúchos de uma solidez que contrabalança a precariedade dos recursos com que contam no plano material e, em alguns casos e oportunidades, institucional.

Os comitês de bacia têm uma agenda bem definida, na medida em que a Lei 10.950/94 lhes dá atribuições que se traduzem em compromissos bastante efetivos e inadiáveis. Deles é esperada, e até exigida, uma participação bem específica na implantação de uma gestão dos recursos hídricos baseada no planejamento do uso e da conservação das águas e de suas fontes, em cada bacia hidrográfica e no Estado como um todo. Isso significa que cada comitê deve enfrentar a tarefa de indicar qual o destino que as comunidades e os usuários de sua bacia querem para seus recursos hídricos. Ou seja, que objetivos finais devem ser alcançados, em termos de usos e de disponibilidade de água, na bacia. Esse é o processo de enquadramento legal das águas, tendo em vistas os usos pretendidos. Essa tarefa já foi executada pelo Comitê Gravataí e está sendo iniciada por outros comitês.

O estabelecimento dos objetivos de longo prazo, gera o compromisso coletivo avalizado legalmente pelo ato formal do enquadramento. O comitê não apenas determina esses objetivos, como tem a obrigação de conhecer as condições atuais e decidir, escolhendo entre as possíveis alternativas, sobre as etapas, os prazos, os instrumentos, as ações, os custos, os recursos para atingi-los. Isso significa formular um Plano de Bacia, ou seja, o planejamento, temporalmente definido, do uso sustentável dos recursos hídricos da bacia. Como em todos os outros



Rio Caí: ambiente em harmonia com a natureza.

passos, o comitê tem sua atuação específica, como o parlamento, que delibera com base nos subsídios fornecidos por outras instâncias técnicas do Sistema Estadual de Recursos Hídricos.

Com o Plano de Bacia, o comitê estabelece os critérios e os parâmetros para a aplicação dos dois instrumentos essenciais da gestão, previstos já no artigo 171 da Constituição Estadual: a outorga, que organiza e disciplina o uso da água e a cobrança por esse uso, que incentiva o aproveitamento racional e desencoraja o desperdício, além de prover recursos para a efetivação do próprio plano.

A par dessa agenda permanente ligada ao planejamento - discussão e aprovação do plano, acompanhamento e controle de sua execução, avaliação periódica de resultados,

renovação do processo a cada dois anos - cada comitê tem outras tarefas, como intermediar conflitos de usos ou debater e opinar sobre assuntos conexos à gestão das águas.

Enquanto o Sistema Estadual de Recursos Hídricos não está completamente implantado, os atuais comitês continuam lançando mão de todos os recursos disponíveis, onde possam ser encontrados, improvisando formas e instrumentos de atuação, adotando soluções temporárias e às vezes, paliativas. Somente com a implantação plena do sistema, com a criação das Agências de Região Hidrográfica e o aparelhamento do Departamento de Recursos

Hídricos e com o início da aplicação da outorga e da cobrança, o trabalho dos comitês frutificará naquilo que é sua razão de ser: a melhoria da qualidade e da disponibilidade das águas (despoluição, aumento da reservação, recuperação de margens e leitos, preservação da vida aquática etc.) e a garantia de um aproveitamento das águas (de superfície e subterrâneas) compatível com a auto-sustentabilidade atual e futura. Mas o papel que eles representaram até aqui e as lições de sua trajetória, por si só, fazem dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Sul um exemplo e uma experiência válida e vitoriosa.

*Luiz Antonio T. Grassi é Engenheiro civil, vice-presidente do Comitê Caí, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES/RS).*

# Câmera de vídeo ajuda a vistoriar redes de esgoto de Porto Alegre

MARIA DE LOURDES DA CUNHA WOLFF

**Equipamento é o primeiro do gênero a ser usado no Estado e vai possibilitar um diagnóstico preciso dos problemas.**

Uma nova tecnologia está sendo incorporada pelo Departamento Municipal de Água e Esgotos de Porto Alegre (DMAE) com o objetivo de aprimorar o serviço prestado à população. A novidade consiste em uma câmera de vídeo que percorre o interior das tubulações, permitindo verificar o estado das redes por dentro.

O Departamento será a primeira empresa gaúcha a inserir esta prática em sua rotina diária de trabalho, acompanhando a tendência das grandes companhias de saneamento do País. E foi a primeira empresa brasileira a adquirir essa versão mais moderna do equipamento, de segunda geração, ainda não usada em nenhum lugar do Brasil.

A câmera de vídeo, em cores e com foco de luz próprio, instalada na ponta de um cabo, pode ser inserida na tubulação através dos poços-de-visita e percorrer a distância de até 120 metros, captando imagens do que se passa por dentro das redes de esgoto cloacal.

Acompanha o equipamento um monitor de televisão, que transmite instantaneamente as imagens, e um vídeo-cassete acoplado, que pode gravar imagens para análise posterior. Há ainda um aparelho

**Vistorias com a câmera também servirão para inspecionar novas redes, conferir as já lançadas e detectar ligações irregulares.**

capaz de localizar o ponto exato em que se encontra a câmera abaixo do solo, determinando também a sua profundidade.

O equipamento completo, chamado Gen-eye, é produzido nos Estados Unidos pela empresa Gene-

ral Pipe Cleaners e custou R\$ 35 mil. A câmera será utilizada pelos técnicos da Divisão de Esgoto (DVE) do DMAE, responsável pela administração dos 1.400 quilômetros de rede existentes na cidade.

“O exame pelo interior dos tubos vai se assemelhar muito a uma endoscopia, feita por médicos para verificar se o paciente tem algum problema no aparelho digestivo, possibilitando o diagnóstico” - compara o chefe do Serviço de Conservação da DVE, James Mendel Schostack.

## MAIS ECONOMIA E MENOS TRANSTORNOS

A aplicação desta tecnologia pela DVE vai permitir aos funcionários que fazem vistorias determinar o tipo de obstrução que ocorre na rede e se há rompimentos e ligações irregulares de esgoto. Eles poderão identificar o problema e definir o procedimento para corrigi-lo na hora, sem precisar escavar o solo apenas para saber o que está impedindo a passagem de esgoto. Dessa forma, o Departamento economiza tempo e recursos financeiros em escavações desnecessárias.

Como o equipamento inclui um aparelho que informa a localização da câmera, pode-se fazer a intervenção apenas no ponto que está obstruído, diminuindo os transtornos causados pela interrupção no trânsito de veículos, necessária para realizar os trabalhos em redes de esgoto. O Gen-eye também



A câmera adquirida pelo DMAE é a mais moderna do mercado.



permite determinar qual o problema a ser enfrentado, o que facilita definir a utilização das ferramentas corretas na solução do problema.

Segundo o diretor da Divisão de Esgoto do DMAE, Hélio Maltz, o que comumente pode impedir o fluxo normal do esgoto são pedras, raízes, areia, gorduras e dejetos lançado indevidamente na rede cloacal. "Os usuários precisam se conscientizar de que a rede cloacal não é local apropriado para o lançamento de resíduos sólidos", afirma.

Os objetos jogados no esgoto tendem a obstruir as redes, impedindo o fluxo do esgoto até as estações, além de danificá-las. As juntas dos canos também podem ceder, dificultando a passagem do esgoto e até provocando o rompimento da canalização e infiltrações. Vistorias com a câmera também vão ser-

**Com as adaptações feitas por funcionários, a câmera passou a deslizar melhor dentro dos tubos, sem ficar presa ou virar-se ao contrário.**

vir para inspecionar novas redes, conferir as já lançadas e detectar ligações irregulares.

O equipamento foi adquirido pelo DMAE este ano, e os fornecedores ofereceram treinamento para alguns funcionários. Na ocasião, um instrutor ensinou como acionar os comandos das máquinas e simulou situações de uso na aula prática.

#### **DMAE SAI NA FRENTE**

Os técnicos do DMAE que trabalharão diretamente com o equipamento estiveram fazendo uso dele em simulações e treinamentos para aprimorar o método de trabalho.

Com o manuseio da câmera, percebeu-se, por exemplo, que ela precisava de algumas adaptações para deslizar melhor dentro dos tubos, sem ficar presa ou virar-se ao contrário. Os funcionários resolveram, então, desenvolver uma espécie de carrinho sobre o qual a câmera fica acoplada.

A câmera será utilizada pela equipe da DVE que trabalha no Programa de Despoluição Esgoto Certo e que realiza o monitoramento das condições de uso das redes coletoras da cidade. A utilização desta tecnologia também será determinada conforme as solicitações que chegam à Central de Informações do DMAE, através do telefone 195, que atende a reclamações e demandas de usuários.

*Maria de Lourdes da Cunha Wolff é jornalista, editora da Revista Ecos. Colaboração da estagiária de jornalismo Luciane Fortino.*

# O Brasil será sede do maior congresso das Américas em defesa do saneamento ambiental

MARIA DE LOURDES DA CUNHA WOLFF

**“Las Américas y la Acción por el Medio Ambiente en el Milenio” será o tema do XXVII Congresso da AIDIS, que acontecerá em Porto Alegre de 3 a 8 de dezembro de 2000.**

O XXVII Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária, evento máximo da AIDIS (Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental), será realizado em Porto Alegre, de 3 a 8 de dezembro de 2000, sob a responsabilidade da ABES (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental). Este ano, o evento - que ocorre há mais de meio século em países das três Américas - terá como tema “Las Américas y la Acción por el Medio Ambiente en el Milenio”. Durante o congresso, a AIDIS reunirá cerca de 3.000 técnicos que atuam nas Américas ligados às áreas do saneamento e meio ambiente. Será uma oportunidade para aprofundar e trocar informações, ampliando assim o conhecimento dos profissionais desses setores.

A meta estabelecida pela AIDIS é criar um marco de discussão para o estabelecimento de técnicas e metodologias dirigidas à qualidade de vida da população, particularmen-

te no que se refere à saúde e à preservação dos recursos naturais.

Durante o evento, serão abordados 12 temas: Água Potável, Águas Servidas, Meio Ambiente e os Recursos Hídricos, Resíduos Sólidos, Qualidade do Ar, Tecnologias Limpas, Desastres e

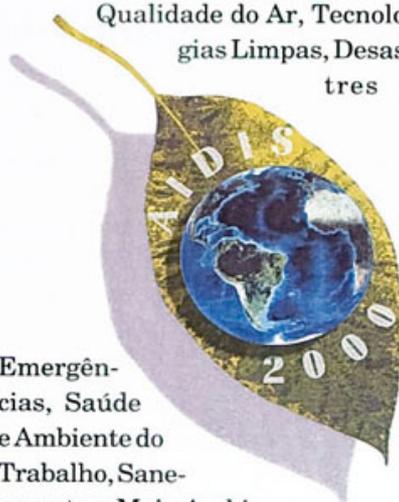
Emergências, Saúde e Ambiente do Trabalho, Saneamento e Meio Ambiente, Município e o Meio Ambiente, Educação Ambiental, Jornalismo e o Meio Ambiente.

A grande inovação proposta neste congresso é a inserção de três temas da atualidade que vêm se destacando por sua importância

junto à sociedade: o município, a educação ambiental e o papel do jornalismo na preservação do meio ambiente. O primeiro deles, o município, por sua proximidade e influência direta na vida do cidadão. É através do município que a comunidade tem condições de interferir nas decisões que deverão ser tomadas na preservação ambiental. Outro tema de destaque é a educação ambiental, porque caberá aos técnicos do próximo milênio desenvolver projetos que despertem na juventude o interesse pelas questões ambientais. A conscientização dos jovens é uma alternativa para amenizar os problemas ambientais vividos hoje em nosso planeta.

Também será discutido o papel do jornalismo na preservação do meio ambiente. Como o comunicador exerce a função de interlocutor entre o poder público e a sociedade, cabe a ele tratar com profundidade os assuntos relacionados ao meio ambiente. A notícia não deve ter destaque apenas quando ocorrem desastres ambientais, mas sempre que tratar de informar à população sobre a maneira de evitá-los. Neste encontro, os profissionais da comunicação social terão oportunidade de debater assuntos referentes às questões ambientais, já que, paralelamente ao congresso, será realizado no dia 5 de dezembro o I Fórum Interamericano de Jornalismo Ambiental.

As atividades pré-congresso serão desenvolvidas a partir do dia 28 de novembro, com destaque para o Simpósio da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), com o tema “Água e Saneamento no Novo Milênio: os Antigos e os Novos Desafios e as Oportunidades”. Também



serão realizados diversos cursos na área do Saneamento Ambiental.

O Congresso tem o apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, da Prefeitura de Porto Alegre, da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), da Organização Mundial de Saúde (OMS), do CNPq e da FINEP. Internacionalmente, o evento será apoiado pelas seguintes associações: AWWA, BID, BIRF, IWA, ISWA, OEA, WEF e Associação dos Países Europeus.

A escolha da capital do Rio Grande do Sul para sediar o congresso tem um significado especial, pois o Estado destaca-se não só pelo pioneirismo dos movimentos ambientalistas e por sua legislação de recursos hídricos, mas também devido à atuação dos diversos comitês de gerenciamentos de bacias hidrográficas. A cidade de Porto Alegre também apresenta um panorama positivo no que se refere à preservação do meio ambiente, já que 99% da população é abastecida com água tratada e o esgotamento sanitário atende a 84% da população.

**AIDIS nas Américas** - A Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental (AIDIS) tem 24 seções nacionais, representação em 32 países, 12 divisões técnicas e 32 mil sócios. Entre os sócios, não há apenas engenheiros, mas diversos outros profissionais ligados às ciências do meio ambiente, o que torna essa associação a mais representativa do setor. Destacamos, ainda, que a AIDIS é uma das sete associações mundiais fundadoras da WAW (Water Associations

Worldwide). Seu Comitê Executivo tem 12 membros, e sua representação nas Américas compreende 50 profissionais, que atuam em nível interamericano. A AIDIS tem sede própria em São Paulo, a qual, além de coordenar as 24 sessões nacionais (cada uma também com sede própria), a mantém ligada às 17 entidades congêneres em todo o mundo.

O presidente da AIDIS, engenheiro argentino Enrique Arntsen, destaca o fundamental papel desta entidade na ajuda para a melhoria das condições sanitárias e ambientais dos países que a integram "É necessário que tenhamos presente

❖ Os interessados em participar do XXVII Congresso de Engenharia Sanitária e Ambiental poderão solicitar informações pelo e-mail: [eventos@abes-dn.org.br](mailto:eventos@abes-dn.org.br), pelos telefones (51) 319-2220, (21) 210-3221 e pelo fax (21) 262-6838, ou ainda pela homepage <http://www.abes-dn.org.br>.

a relação que existe entre a presença de uma "consciência ambiental" capaz de direcionar-se à prevenção de problemas".

Arntsen enfatiza, ainda, a importância do envolvimento da população, componente fundamental para o sucesso de qualquer política nas áreas de saneamento e meio ambiente. "É preciso que as pessoas incorporem no seu dia-a-dia os conceitos de preservação, e isto só é possível através da educação e da participação dos meios de comunicação", afirma.

Para o presidente do XXVII Congresso, Alexandre Bugin, trata-se de uma oportunidade ímpar, quan-

do todos os segmentos ligados ao setor do saneamento ambiental terão oportunidade de iniciar, desenvolver, consolidar intercâmbios, bem como de trocar experiências. "Reuniremos em Porto Alegre autoridades e instituições que se dedicam exclusivamente ao setor e à melhoria da qualidade de vida não só das Américas como do mundo todo."

**Congresso terá número expressivo de trabalhos técnicos** - Este congresso contará com a apresentação de 778 trabalhos técnicos, o maior número de sua história, nos mais variados temas que abrangem o saneamento ambiental no Brasil, América Latina e Caribe.

Segundo o diretor-geral do Departamento Municipal de Água e Esgotos de Porto Alegre, Arnaldo Luiz Dutra, o evento será uma oportunidade para discutir

❖ Maiores informações sobre a Expo AIDIS/Aquatech Latin America 2000, que ocorrerá de 3 a 8 de dezembro, paralelamente ao Congresso, poderão ser obtidas junto à Fagga Eventos, através do telefone (21) 537-4338, fax (21) 537-7991 ou pelo e-mail: [aidis2000@fagga.com.br](mailto:aidis2000@fagga.com.br).

a melhor forma de aplicar as políticas públicas em defesa da preservação dos recursos hídricos, buscando assim novos caminhos em prol do saneamento ambiental. Nesse congresso, o corpo técnico do DMAE apresentará nove trabalhos técnicos, abrangendo água, esgoto e saúde pública.

*Maria de Lourdes da Cunha Wolff é jornalista, editora da Revista Ecos.*

# Plano Diretor de Esgotos de Porto Alegre prioriza a saúde pública

MARIA DE LOURDES DA CUNHA WOLFF

**DMAE volta seus investimentos para ampliar a rede coletora e os sistemas de tratamento de esgoto para, em dez anos, estar tratando 100% do esgoto produzido na Capital.**

**A** qualidade de vida da população está diretamente ligada ao saneamento. Ter a sua disposição água potável e coleta e tratamento de esgotos é uma forma de manter a saúde pública. Porto Alegre já tem um índice de distribuição de água tratada que atinge 99% da população. Agora o poder público, através do Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), volta seus investimentos para ampliar a rede coletora e os sistemas de tratamento de esgoto, buscando atingir a meta estabelecida: dentro de dez anos estar tratando 100% do esgoto produzido.

Pelo que se pôde ver no III Congresso da Cidade, realizado no primeiro semestre deste ano em Porto Alegre, os cidadãos têm consciência da importância do saneamento. Em uma das comissões de trabalho formada por moradores da cidade debateu-se esta questão e foi tirado um indicativo para os investimentos em tratamento de esgotos.

É exatamente nesse sentido que

o DMAE vem trabalhando desde 1995, quando teve início a elaboração de um amplo e aprofundado estudo que sugere as principais ações e investimentos nesse setor. O Plano Diretor de Esgotos (PDE), apresentado à população no III Congresso da Cidade juntamente com as reivindicações da população, foi planejado visando medidas que levem em consideração o cres-

**Plano apresenta um estudo técnico de todos os sistemas existentes na cidade e os investimentos necessários para ampliar o tratamento a curto, médio e longo prazos.**

cimento de Porto Alegre até 2015. As diretrizes expostas no PDE objetivam o tratamento dos esgotos de nossa cidade e a recuperação do Lago Guaíba e dos principais arroios de Porto Alegre, atendendo às legislações referentes ao meio ambiente.

Em Porto Alegre, há dois tipos de tratamento: primário, com fossa séptica; e secundário/terciário,

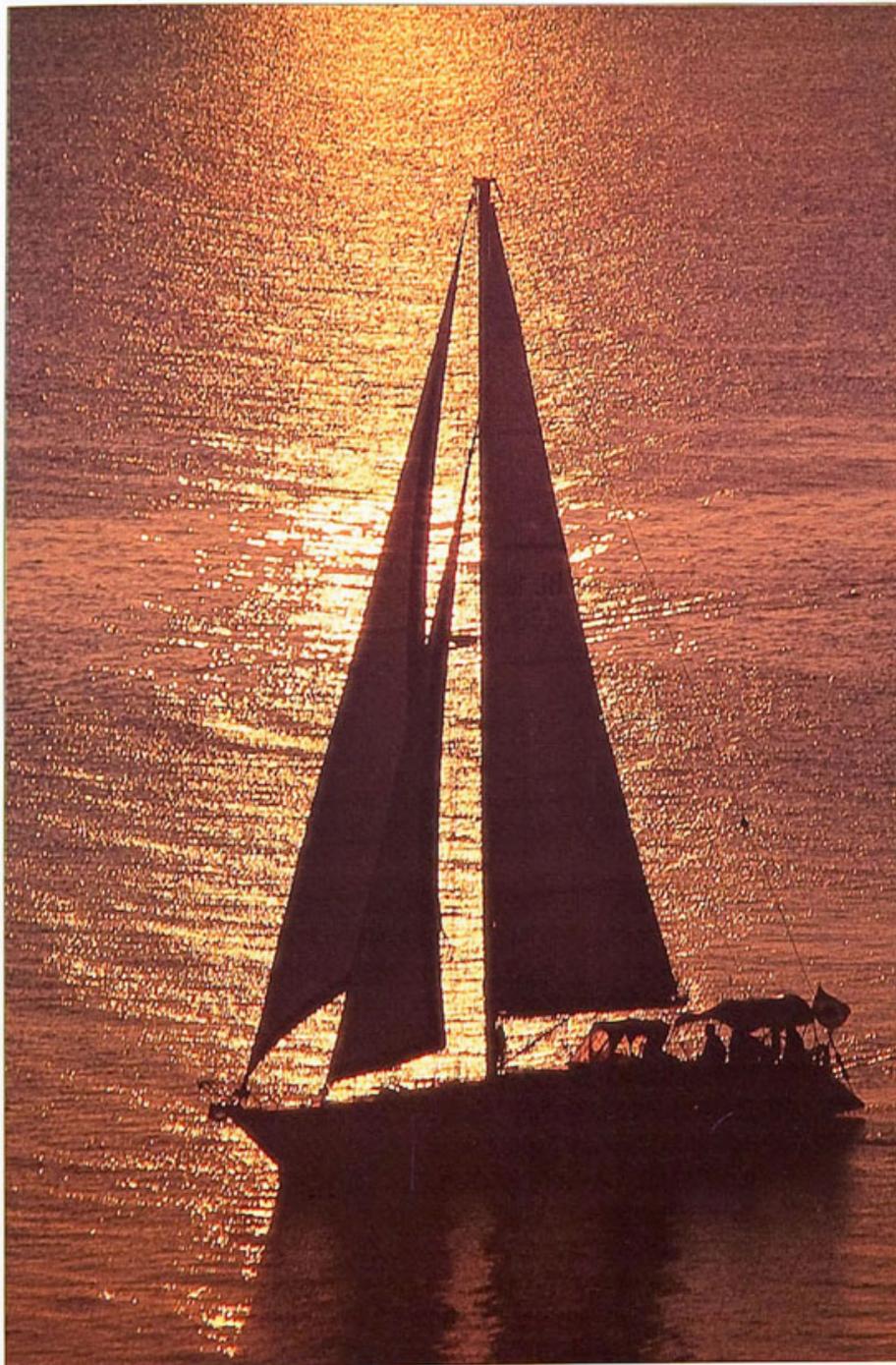
através de estações de tratamento. Em 1999 foram lançados 60,42 quilômetros de novas redes coletoras e feitas 2.101 novas ligações de esgoto cloacal. Atualmente, 84% dos porto-alegrenses são beneficiados com a coleta de esgoto. Essa prática evita o risco de as pessoas contraírem diversos tipos de doenças que podem ser transmitidas por veiculação hídrica e pelo esgoto a céu aberto.

Mas, coleta apenas não soluciona o problema da poluição. Daí a importância do tratamento: melhorar a qualidade da água do Lago Guaíba, trabalhando para a sua recuperação e para a balneabilidade de suas praias.

## AMPLIAÇÃO DO TRATAMENTO DE ESGOTO

O PDE foi elaborado por técnicos de DMAE, que tiveram a assessoria do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Esse plano apresenta um estudo técnico de todos os sistemas existentes na cidade e os investimentos necessários para ampliar o tratamento a curto, médio e longo prazos, bem como os custos e impacto ambiental dos sistemas projetados.

Atualmente, o Departamento mantém sete estações de tratamento de esgoto (ETEs): Lami, Ipanema, Parque do Arvoredo, Rubem Berta, IAPI, IAPC e Vila Esmeralda. Além destas, estão em construção, na Zona Sul da cidade, a ETE Belém Novo, que vai abranger todo esse bairro, e a ETE Chapéu de Sol,



O PDE contempla o tratamento dos esgotos de Porto Alegre e a recuperação do Lago Guaíba.

que atenderá o Loteamento Chapéu de Sol. Este ano também entra em operação a ETE São João-Navegantes, um dos maiores investimentos em saneamento no País, e

que vai atender 11 bairros da Zona Norte, beneficiando de início cerca de 150 mil porto-alegrenses. Financiada com recursos do Pró-Guaíba, a estação vai custar R\$ 22

milhões e ocupar uma área de 75 mil metros quadrados. Quando todas essas ETEs estiverem operando, o índice de tratamento secundário de esgotos alcançará 27% dos cidadãos.

## CIDADE DO FUTURO

A próxima meta do DMAE, na qual os técnicos já estão trabalhando, é implantar o tratamento no sistema conhecido por Ponta da Cadeia. Este sistema engloba 37% da população estimada até 2015, equivalente a 570 mil pessoas. A ETE deverá se localizar no bairro Serraria, Zona Sul de Porto Alegre.

A proposta do DMAE de implantação da ETE Serraria também contempla o tratamento do sistema Cavalhada, onde se localizam 11% da população. Assim, o DMAE pretende dar o destino correto aos esgotos produzidos em uma das áreas mais densamente povoadas da Capital.

O Departamento já tem em vista outros investimentos, a serem feitos quando este projeto estiver concluído. Para conseguir total aproveitamento e abrangência de suas ações, levando em conta as metas estipuladas pelo DMAE junto com a população, é que o PDE faz projeções da situação populacional de Porto Alegre daqui a 15 anos, pensando em como será a cidade do futuro.

*Maria de Lourdes da Cunha Wolff é jornalista, editora da Revista Ecos. Colaboração da estagiária de jornalismo Luciane Fortino.*

### RS TEM CÓDIGO DO MEIO AMBIENTE

Nas comemorações de um ano de fundação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul (SEMA), em agosto, o governador Olívio Dutra sancionou o projeto de lei 140/98, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente.

Os principais problemas ambientais, segundo a SEMA, são a poluição sonora, a poluição visual, a poluição das águas e a destinação do lixo, todos contemplados

no novo código, juntamente com a qualidade do ar e o gerenciamento costeiro. A regulamentação também prevê a possibilidade de promover auditorias ambientais em empresas, e cria um banco de dados com informações sobre o meio ambiente. Além disso, o código estabelece rigorosos critérios para que o Estado conceda financiamentos a municípios e projetos, a fim de que se enquadrem na nova legislação ambiental.

### RESÍDUOS DA INDÚSTRIA DO PAPEL SÃO USADOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Uma fábrica de blocos cerâmicos, de Piracicaba, interior de São Paulo, vem usando o caulim, um dos resíduos da fabricação do papel, na confecção de suas cerâmicas. Além de reduzir custos para os fabricantes de cerâmica e de papel, essa iniciativa possibilita um reaproveitamento do caulim, material que normalmente é jogado em aterros e se decompõe lentamente. A substituição de caulim por argila também dá mais qualidade e melhor acabamento às cerâmicas. Esta prática é resultado de uma parceria entre a unidade associada ao Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais (IPEF) de Piracicaba e a empresa Votorantin Celulose e Papel, fornecedora dos resíduos.

Antes da adoção desta técnica, foi realizado um estudo pela Universidade de São Paulo (USP) para analisar sua viabilidade e ver se a cerâmica permaneceria com as mesmas características. Concluiu-se que a utilização do caulim não prejudica a cerâmica nem afeta sua resistência.

### PROGRAMA DE REFLORESTAMENTO PELA INTERNET



Com apenas um click, você estará contribuindo para a recuperação da Mata Atlântica. Esta é a proposta do programa Clickarvore, em que qualquer pessoa que acessar o site "www.clickarvore.com.br" e se cadastrar estará doando uma muda de árvore nativa da Mata. São ipês, perobas, aroeiras e cedros, entre outras espécies.

O projeto é uma parceria entre a Fundação Mata Atlântica, o Instituto Ambiental Vidágua e a Editora Abril. Os custos do programa correm totalmente por conta das empresas patrocinadoras.

A participação no programa é gratuita, e o internauta pode fazer uma doação a cada 24 horas. A expectativa é de plantar 2 milhões de árvores este ano.

Quem estiver interessado em receber as mudas também pode se cadastrar, comprometendo-se a cooperar com o reflorestamento, plantando e cuidando das árvores por cinco anos.

### RS INVESTE NA RECUPERAÇÃO DE PARQUES NATURAIS

Uma das prioridades da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) do Rio Grande do Sul é recuperar as áreas de preservação ambiental do estado. Desde a chegada da primavera, a SEMA está promovendo visitas ao Parque de Itapuã, em Viamão, que estava fechado há nove anos. Nesta iniciati-

va, foram investidos R\$ 5 milhões com recursos do Pró-Guaíba para garantir a recuperação do parque que tem 5,5 mil hectares.

Por enquanto, as visitas estão sendo programadas pela SEMA e abertas a grupos pequenos, para avaliar o impacto ambiental da visita ao parque antes de rea-

bri-lo definitivamente, em março.

A Secretaria também conta com recursos federais de R\$ 2,5 milhões para criar o Parque do Espinilho, na cidade de Barra do Quaraí. Os investimentos do Pró-Guaíba também vão garantir o zoneamento do Parque Delta do Jacuí.

# Saneamento e qualidade de vida

RAUL PONT

**“Nas prioridades do Orçamento Participativo, o saneamento básico, a pavimentação comunitária e a política da habitação estiveram sempre juntas.”**

**P**orto Alegre chega ao final do século XX como uma referência nacional e internacional pelo seu modelo de gestão, onde a participação popular constrói, junto com o poder público, uma cidade que orgulha a maioria dos seus habitantes.

Na execução das políticas definidas pela comunidade, além das prioridades, também são observados critérios técnicos, como o uso racional dos recursos naturais (o solo, a arborização, a água e o ar). Desta maneira, quando se definem as prioridades no processo do Orçamento Participativo, as demandas têm uma complexidade que envolve várias áreas e secretarias que se reúnem para execução dos projetos e propostas.

A política de saneamento da cidade é um desses exemplos. Nos últimos quatro anos, além de constar entre as cinco primeiras prioridades no Orçamento Participativo, as outras demandas priorizadas indiretamente como habitação e pavimentação comunitária também definiram ações de saneamento.

Como se percebe, nas prioridades do Orçamento Participativo o saneamento básico, a pavimenta-

ção comunitária e a política da habitação estiveram sempre juntas. Nos últimos quatro anos, os investimentos em moradias, com infraestrutura necessária, água, luz e esgoto, beneficiaram mais de 11 mil famílias, entre reassentamentos, reurbanização de vilas e lotes urbanizados. Assim ocorreu nas

fazendo obras de saneamento. E agora, passados 12 anos, os resultados começam a ser visíveis. O conjunto destas diversas medidas contribui para a despoluição do Lago Guaíba. Seu resgate começou pela Praia do Lami, no extremo sul da cidade, devolvendo-a para os porto-alegrenses em 1992.

Atualmente, está em construção uma Estação de Tratamento de Esgotos que ligada através de uma rede de 40 mil metros, também concluída recentemente, permitirá a balneabilidade de mais uma praia no bairro Belém Novo e beneficiará a cidade como um todo. Ali, o Morro da Ponta da Cuíca e as praias estavam ocupados por moradias irregulares e foram totalmente desocupados, com os moradores reassentados num loteamento construído por demanda da co-

## PRIORIDADES DEFINIDAS PELO OP

### 1997

- 1ª - Política habitacional
- 2ª - Pavimentação comunitária
- 3ª - Saneamento básico
- 4ª - Educação
- 5ª - Saúde

### 1998

- 1ª - Pavimentação comunitária
- 2ª - Política habitacional
- 3ª - Saneamento básico
- 4ª - Saúde
- 5ª - Educação

### 1999

- 1ª - Saneamento básico
- 2ª - Pavimentação comunitária
- 3ª - Política habitacional
- 4ª - Educação
- 5ª - Saúde

### 2000

- 1ª - Política habitacional
- 2ª - Pavimentação comunitária
- 3ª - Saúde
- 4ª - Saneamento básico
- 5ª - Assistência Social

demandas de pavimentação comunitária, onde foram contempladas de 1993 até 1999, 571 ruas, que além da pavimentação passaram a ter rede de esgoto pluvial, cloacal, água e iluminação.

Desde o início da Administração Popular, em 1989, a Prefeitura está

comunidade na estrada Chapéu do Sol, com 589 moradias.

Em 1998, foi lançado um conjunto de obras de saneamento distribuídas nas 16 regiões, num total de R\$ 12 milhões. Entre estas obras estruturadoras, estão as canalizações do Arroio São Vicente, no bair-

ro Santa Cecília, do Arroio Guarujá, no bairro de mesmo nome, no Águas Mortas, no bairro Medianeira, e o conduto pluvial forçado da Avenida Polônia.

Dos sete subsistemas que terão seus abastecimentos de água regularizados até o final de 2001, a interligação de Belém Novo, Restinga e da Lomba do Pinheiro, dos bairros Glória e São José, já concluídos, resolveram um problema histórico e social destas regiões, que cresceram desordenadamente, sem planejamento e sem infraestrutura urbana, em regiões de topografia acidentada, que dificultava e onerava o abastecimento pleno e regular de água.

No mesmo ano, iniciou-se também a construção da rede coletora de esgoto que vai da Vila Assunção, no Bairro Tristeza, até o Bairro Ipanema, beneficiando diretamente 22 mil pessoas e melhorando as condições de uso da Praia de Ipanema. O próximo passo são as obras da bacia do Arroio Dilúvio, que corresponde à Região Centro, para que os esgotos da cidade sejam tratados.

Com as finanças do município em dia, está sendo negociado um empréstimo junto ao Banco do Japão para Cooperação Internacional (JBIC) para a construção de um emissário que irá por dentro do Lago Guaíba, até a Zona Sul, onde será construída mais uma estação de tratamento de esgotos, elevando os índices de esgoto tratado a padrões superiores aos de muitos países desenvolvidos.

Todas estas políticas são resultado da participação popular expressa nos indicadores sociais e nos títulos que a cidade recebe, sendo considerada a capital de melhor qualidade de vida do Brasil.

Nos três governos da Frente Popular saúde e saneamento básico receberam mais investimentos e mais recursos públicos. Na saúde, o índice de mortalidade infantil caiu

tos nesta área de desenvolvimento urbano. Os recursos gastos em 1989 foram da ordem de 134,7 milhões de reais, e no orçamento de 2000 consta 358,8 milhões de reais. Ou seja, quase triplicaram.

Esses números, transformados em qualidade de vida, representam a coleta de esgoto sanitário em 84% de domicílios da capital e com as novas Estações de Tratamento de Esgotos (ETE) de Belém Novo e São João/Navegantes o índice de tratamento irá para 27%, um dos melhores do país, aumentando significativamente a despoluição do Guaíba.

Através do aprofundamento da democracia, da atuação direta dos cidadãos no Orçamento Participativo, nos Conselhos Municipais, nos Congressos da Cidade, em reuniões setoriais, nos seminários e diversos fóruns temos conseguido construir e formular políticas para toda a sociedade. Estas

obras em nossa cidade resultam de um processo em que a população discute e decide, de forma inovadora, um jeito diferente de administrar e gerir a cidade.

Foi através deste método que, nos últimos doze anos, a população inverteu prioridades, aumentou os investimentos da Prefeitura em todas as áreas de atuação e provou que os cidadãos têm muito clara a importância do saneamento na sua qualidade de vida.



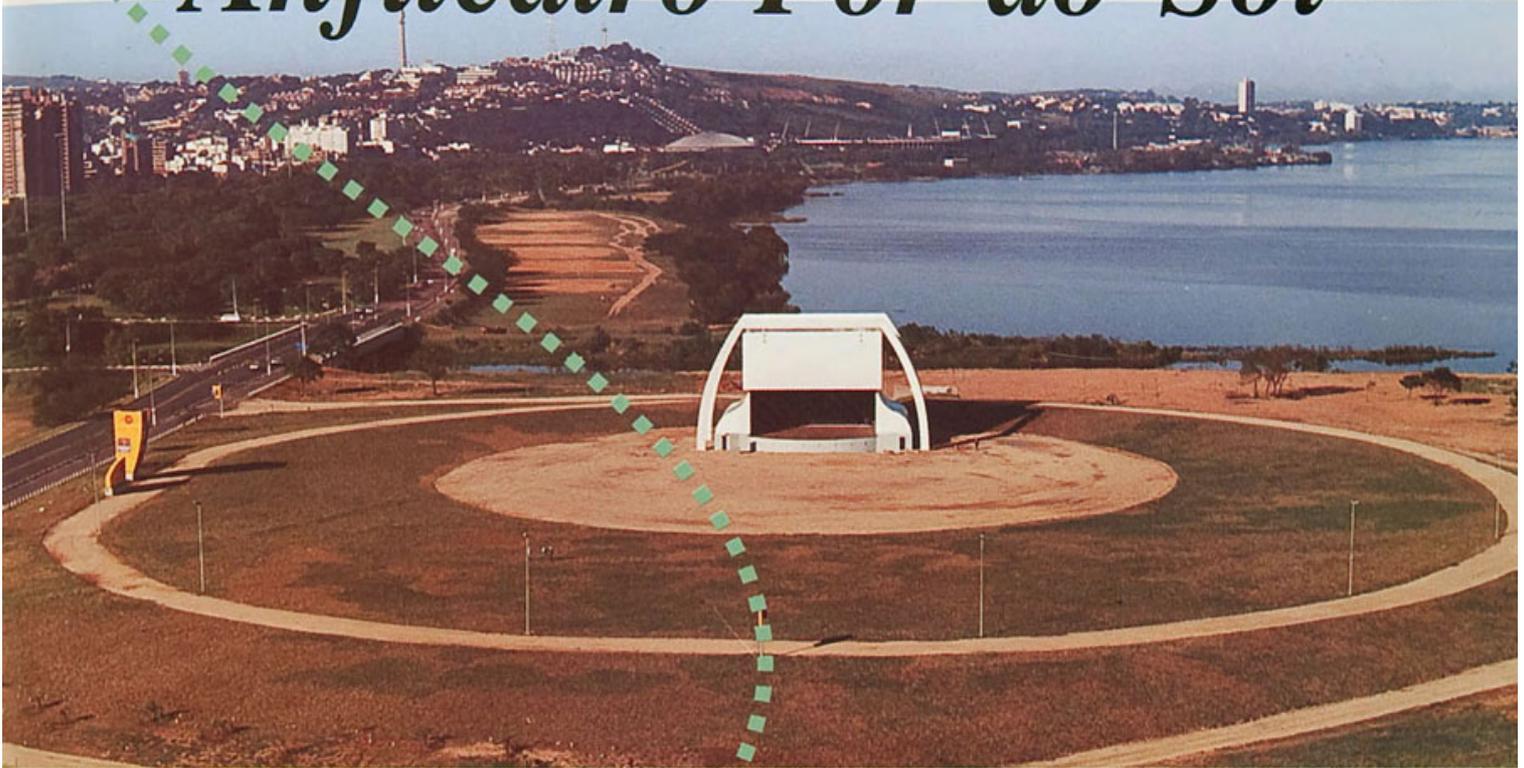
de 16 em 1999, para 12,19 óbitos por 1.000 nascimentos. Neste ano, conforme os dados do IBGE, a média do Estado, considerada uma das menores do País, apresenta 18,99 óbitos por 1.000, enquanto para o País o índice está estimado em 35,3.

Ao analisarmos a alocação de recursos nas diferentes unidades administrativas e compararmos com os números do início das gestões da Administração Popular, percebemos que triplicaram os gas-

Raul Pont é prefeito de Porto Alegre.

# Anfiteatro Pôr-do-Sol

ALINE GONÇALVES



***E**ra uma tarde luminosa em Porto Alegre, daquelas encomendadas especialmente a São Pedro, que generosamente nos concedeu.*

*O Guaíba fazia parceria com o público de trinta e cinco mil pessoas, que, ansiosa e alegremente, aguardava a inauguração oficial do Anfiteatro Pôr-do-Sol.*

*Renato Borghetti e eu, subimos ao palco com aquela sensação gostosa de quem vai dar os primeiros acordes num novo espaço cultural da maior importância.*

*Foi um show emocionante, em que se estabeleceu imediatamente a cumplicidade entre palco, platéia e ambiente.*

*A energia que rolava no ar dava antevisão de tanta coisa boa que poderá acontecer naquela área, um verdadeiro presente para a nossa comunidade.*

*E pensar que anteriormente aquilo era um depósito de entulhos.*

*Está aí uma prova de que planejamento, boas idéias, vontade, perseverança e parcerias podem chegar a grandes resultados.*

*O Anfiteatro Pôr-do-Sol é uma realidade que une as artes com a preservação ambiental, propiciando uma saudável e gratuita convivência da população com o lazer e a cultura.*

*É necessário, no entanto, que se estabeleçam grandes e permanentes esforços no sentido de se preservar o que foi feito, pois são realizações como esta que deixam nossa cidade cada vez mais civilizada.*

**GERALDO FLACH**  
Músico

# A Zona Leste de Porto Alegre vai ganhar muito mais

+ Conforto

+ Agilidade

**DMAE**  
Departamento Municipal  
de Água e Esgotos  
Unidade Operacional Descentralizada

+ Comodidade

Você só tem a ganhar.

A nova UOD – Unidade Operacional Descentralizada Leste – conta com mais de 4.500m de área construída. Lá, você poderá solicitar o fornecimento de 2ª via de contas, abertura de processos, informações sobre contas e uma série de outros serviços, tudo informatizado para garantir a melhoria do nosso atendimento.

É o DMAE trabalhando cada vez mais pela comunidade, regionalizando seus serviços.



UOD - Unidade Operacional Descentralizada Leste  
Cristiano Fischer, esquina Bento Gonçalves - Zona Leste

